



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
MESTRADO EM POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O CRESCIMENTO URBANO DA CIDADE DE INHAMBANE: EVOLUÇÃO
DA MALHA CONSTRUÍDA ENTRE 1997 E 2022

Macaimeca Zacarias Jacara Tivane

Inhambane, Dezembro de 2024

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

O CRESCIMENTO URBANO DA CIDADE DE INHAMBANE: EVOLUÇÃO
DA MALHA CONSTRUÍDA ENTRE 1997 E 2022

Estudante: Macaimeca Zacarias Jacara Tivane

Supervisor: Doutor Rogers Hansine

Co-Supervisor: Doutor Daniel Augusta Zacarias

Inhambane, Dezembro de 2024

Declaração

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau ou num outro âmbito e que ela constitui o resultado do meu labor individual. Esta dissertação é apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção de grau de Mestre, da Universidade Eduardo Mondlane.

A Autora

.....

Macaimeca Zacarias Jacara Tivane

Data: ____/____/_____

Inhambane, Dezembro de 2024

Macaimeca Zacarias Jacara Tivane

O CRESCIMENTO URBANO DA CIDADE DE INHAMBANE: EVOLUÇÃO DA MALHA
CONSTRUÍDA ENTRE 1997 E 2022

Dissertação apresentada no Departamento de Geografia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, para obtenção do grau de Mestre em População e Desenvolvimento.

O júri

Prof. Doutor. Carlos Arnaldo (Presidente)

Doutor Rogers Hansine (Supervisor)

Doutor Daniel Augusta Zacarias (Co-Supervisor)

Prof.Doutor Cláudio Artur Mungoi (Oponente)

Inhambane, Dezembro de 2024

Agradecimentos

Com profunda humildade e gratidão, reconheço a mão de Deus no sucesso deste trabalho e em cada etapa da minha formação. Sua graça e orientação divina foram fundamentais para alcançar este marco significativo. Agradeço especialmente a Deus pelo maior presente durante minha formação: meu filho, Derick, cuja chegada trouxe uma nova dimensão de amor, inspiração e propósito à minha vida.

Expresso a minha profunda gratidão ao meu esposo Faife Xavier Judião, por seu apoio inabalável ao longo desta jornada de pesquisa. Ele assumiu a responsabilidade pela manutenção do lar, permitindo-me concentrar nos meus objectivos académicos. Agradeço também aos meus pais, Zacarias Jacara Tivane (em memória) e Alice Matecana, e aos meus irmãos Francisco, Admira e Paciência, além dos meus sobrinhos Ariel, Alicinha, Kelvin, Ticiane, Vagner e Shelton, pelo amor e apoio constante.

Agradeço aos professores do curso, pelo compromisso incansável e orientação valiosa. Agradeço também aos meus colegas de curso pelo companheirismo e apoio contínuo, em especial à Ruth Nhapossa, cuja amizade e encorajamento foram inestimáveis. Estendo os agradecimentos ao meu colega de trabalho Alcídio Venâncio e Zamudine pela paciência, dedicação e generosidade.

Agradeço ao Doutor Rogers Hansine pela liberdade de pensamento e dedicação na transmissão de conhecimento e experiência profissional, que foram motivadoras e essenciais para a realização desta pesquisa. Gostaria de expressar ainda a minha profunda gratidão ao Doutor Daniel Augusta Zacarias, pelo seu apoio inestimável, especialmente na parte cartográfica. Sua orientação foi fundamental para a qualidade do meu trabalho.

Por fim, agradeço às entidades públicas, especialmente à Direcção Provincial de Desenvolvimento Territorial e Ambiente, onde trabalho, pela permissão de continuar meus estudos, assim como à Direcção Provincial do Turismo de Inhambane, ao Município da Cidade de Inhambane e ao Fundo para o Fomento de Habitação pela colaboração e apoio.

Índice

RESUMO	i
Abstract:	ii
Lista de Abreviaturas e Acrónimos.....	iii
Lista de Tabelas, Figuras, Mapas, Gráficos e Apêndices	iv
1. INTRODUÇÃO	6
1.1. Delimitação do Problema	7
1.2. Objectivo	8
1.2.1. Geral	8
1.2.2. Específicos.....	8
1.3. Justificativa e Importância do Trabalho	8
1.4. Pressuposto para a elaboração do estudo	10
1.5. Estrutura do trabalho	11
2. QUADRO CONCEPTUAL E TEÓRICO.....	12
2.1. Cidade vis-à-vis urbano.....	12
2.2. Cidade e Urbano em Moçambique.....	13
2.3. Crescimento da Cidade.....	14
2.4. Fundamentos Teóricos do Crescimento das Cidades	14
2.5. Agentes na Produção do Espaço Urbano: Uma Análise dos Actores Públicos e Privados	15
2.5.1. Agentes Públicos	15
2.5.2. Agentes Privados	17
2.6. Factores do Crescimento da Cidade	18
2.6.1. Crescimento Populacional	19
2.6.2. Clima Favorável e Turismo	20
2.6.3. Migração e Expansão Urbana.....	20
2.6.4. Disponibilidade de Solo Urbano.....	21
2.6.5. Políticas de Desenvolvimento Urbano.....	21
3. METODOLOGIA UTILIZADA	22
4. ÁREA DE ESTUDO.....	28
4.1. Localização da Área de Estudo	28
4.2. Divisão Administrativa.....	29

4.3. Características socio-económicas.....	30
4.4. Evolução Histórica da CI	31
5. RESULTADOS	32
5.1. Evolução da Malha Construída na CI.....	32
5.1.1. Primeiro Período 1997 – 2007.....	33
5.1.1.1. Análise da Distribuição de Áreas Ocupadas por Bairros na CI em 1997	33
5.1.1.2. Análise da Distribuição de Áreas Ocupadas por Bairros na CI 2007	36
5.1.1.3. Análise do Crescimento da Malha Construída da CI (1997-2007).....	38
5.1.1.4. Principais factores de Crescimento da Malha Construída na CI 1997-2007	41
5.1.1.5. Crescimento Populacional 1997-2007 e Factores Influenciadores.....	42
5.1.1.6. Eixo do Crescimento da Malha Edificada da CI (1997-2007).....	43
5.1.2. Segundo Período 2007 a 2017	44
5.1.2.1. Análise do Crescimento da Malha Construída da CI (2007-2017).....	46
5.1.2.2. Factores do crescimento da Malha construída 2007- 2017.....	48
5.1.2.3. Actuação do Estado com Agente Impulsionador do Crescimento da Malha Construída ..	49
5.1.2.4. O Eixo do Crescimento da Malha Construída da CI (2007-2017).....	52
5.1.3. Terceiro Período 2017 a 2022.....	52
5.1.3.1. Análise do Crescimento da Malha Construída da CI (2017-2022).....	54
5.1.3.2. Factores do crescimento da Malha construída 2007- 2017.....	57
5.1.3.3. Eixo de Crescimento da Malha Construída da CI (2017 – 2022).....	58
6. A DISCUSSAO DOS RESULTADOS	60
6.1. Turismo	60
6.2. Disponibilidade do Solo	62
6.3. Empreendedores Privados e Proprietários de Terrenos.....	64
6.3.1. Os empreendedores Privados.....	65
6.3.2. Proprietários de Terrenos.....	67
6.4. Crescimento da CI.....	68
6.4.1. Crescimento Linear Desordenado da CI: Impacto da Expansão ao Longo das Principais Vias de Acesso.....	73
6.4.2. Desafios da Urbanização em Contexto de Crescimento Desordenado: O Papel Limitado do Estado na CI.....	74
7. CONCLUSÃO	79
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83
APÊNDICES.....	90

RESUMO

Nos últimos 25 anos, a Cidade de Inhambane (CI) experimentou um crescimento significativo na sua malha construída, que dobrou de tamanho, passando de 6.582 hectares em 1997 para 12.681 hectares em 2022, um aumento de 92,66%. Este crescimento foi impulsionado pelo desenvolvimento do sector turístico e pela disponibilidade do solo urbano. A pesquisa adoptou uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos, incluindo revisão bibliográfica, análise de dados secundários do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Conselho Municipal de Inhambane (CMCI), entrevistas semi-estruturadas com actores locais e observação directa e indirecta com imagens de satélite Landsat. Os bairros de Josina Machel, Machavenga e Siquiriva foram os principais responsáveis pelo aumento da área construída, representando 41,05% do total. Contudo, o crescimento ocorreu de forma desordenada, impulsionado pela iniciativa privada e por ocupações de boa-fé e herança. Um dos principais desafios desse processo é a falta de infra-estrutura e serviços básicos adequados, além da insuficiência da actuação do Estado no planeamento urbano. A malha construída se expandiu linearmente, seguindo as redes de comunicação, com uma densificação interna das infra-estruturas. Para garantir um crescimento ordenado, sustentável e inclusivo, é fundamental que o Estado intensifique seus esforços no planeamento urbano, implementando políticas eficazes, criando infra-estruturas essenciais e promovendo áreas verdes e espaços públicos.

Palavras-chaves: Cidade de Inhambane. Expansão da malha construída. Crescimento urbano. Factores e agentes Crescimento urbano.

ABSTRACT

In the past 25 years, the City of Inhambane (CI) has experienced significant growth in its built-up area, which doubled in size, increasing from 6,582 hectares in 1997 to 12,681 hectares in 2022, a 92.66% increase. This growth was driven by the development of the tourism sector and the availability of urban land. The research adopted a mixed-methods approach, combining qualitative and quantitative methods, including a literature review, secondary data analysis from the National Institute of Statistics (INE) and the Municipal Council of Inhambane (CMCI), semi-structured interviews with local stakeholders, and both direct and indirect observation using Landsat satellite images. The neighborhoods of Josina Machel, Machavenga, and Siquiriva were the main contributors to the increase in built-up area, representing 41.05% of the total. However, the growth occurred in a disorganized manner, driven by private initiative and land occupations based on good faith and inheritance. One of the main challenges in this process is the lack of adequate infrastructure and basic services, along with the insufficient involvement of the state in urban planning. The built-up area expanded linearly, following communication networks, with an internal densification of infrastructure. To ensure orderly, sustainable, and inclusive growth, it is essential that the state intensifies its efforts in urban planning, implementing effective policies, creating essential infrastructure, and promoting green areas and public spaces.

Keywords: City of Inhambane. Expansion of the built-up area. Urban growth. Factors and agents of urban growth.

Lista de Abreviaturas e Acrónimos

CBD - Distrito Central de Negócios

CI - Cidade de Inhambane

CMCI - Conselho Municipal da Cidade de Inhambane

DUAT - Direito de Uso e Aproveitamento de Terra

Fig. - Figura

Ha - Hectares

Hab. - Habitantes

INE - Instituto Nacional de Estatística

km² - Quilómetro

MAEFP - Ministério da Administração Estatal e Função Pública

MEF - Ministério da Economia e Finanças

MOPHRH - Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos

MTA - Ministério da Terra e Ambiente

PEMI - Plano Estratégico do Município de Inhambane

Pop. - População

Prov. - Província

TGF - Taxa Geral de Fecundidade

Lista de Tabelas, Figuras, Mapas, Gráficos e Apêndices

Lista de Tabelas

Tabela 1: Classificação dos Bairros da CI e Área Ocupada em 1997.....	
34	
Tabela 2: Classificação dos Bairros da CI e Área Ocupada em 2007.....	
35	
Tabela 3: Crescimento da Malha Construída da CI (1997-2007)	
37	
Tabela 4: Classificação dos Bairros da CI e Área Ocupada em 2017.....	
44	
Tabela 5: Crescimento Malha Construída da CI (2007-2017)	
45	
Tabela 6: Classificação dos Bairros da CI e Área Ocupada em 2022.....	
52	
Tabela 7: Crescimento da Malha Construída da CI (2017-2022)	
53	
Tabela 8: Estabelecimentos Turísticos no Período Compreendido entre 1997-2022	59
Tabela 9: Evolução da Malha Construída no Período Compreendido entre 1997-2022	71

Lista de figuras

Figura 1: Amostra das 47 casas do FFH no Bairro Chamane.....	
49	
Figura 2: Área de Reassentamento em Guitambatuno.....	
58	
Figura 3: Praia do Tofo 1997.....	
60	
Figura 4: Praia do Tofo 2007.....	
60	
Figura 5: Praia do Tofo 2017.....	60
Figura 6: Praia do Tofo 2022.....	60
Figura 7 e 8: Estabelecimento para Acomodação e Lazer.....	64

Figura 9, 10 e 11: Tipo de Residências Resultantes da Auto-construção – material convencional.....	65
---	-----------

Lista de Gráficos

Gráfico 1. População Urbana em Moçambique (1997-2022)	9
Gráfico 2. População da CI (1997-2022)	19
Gráfico 3: Crescimento Relativo dos Bairros da CI no Primeiro Período (1997-2007)	38
Gráfico 4: Crescimento Relativo dos Bairros da CI no Segundo Período (2007-2017)	46
Gráfico 5: Crescimento Relativo dos Bairros da CI no Terceiro Período (2017-2022)	55
Gráfico 6: Crescimento Relativo dos Bairros da CI durante os 25 anos (1997-2022)	71

Apêndices

Apêndice 1: Marcos Históricos Relevantes no Crescimento Urbano da CI.....	89
Apêndice 2: Crescimento da Malha Edificada e Taxa de Crescimento da CI (1997-2022).....	89
Apêndice 3: Crescimento Populacional e Taxas de Crescimento Anual da Cidade (1997-2022).....	90
Apêndice 4: Questionário dirigido ao Conselho Municipal da Cidade de Inhambane.....	90
Apêndice 5: Questionário dirigido ao Fundo para o Fomento de Habitação.....	90
Apêndice 6: Questionário dirigido a Direcção Provincial da Cultura e Turismo de Inhambane.....	91

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa analisa a evolução da malha construída na cidade de Inhambane (CI), classificada como de Classe C de acordo com a Resolução no 22/2020 de 26 de Março (Imprensa Nacional, 2020), ou seja, o crescimento da malha construída da CI de 1997 a 2022. É importante ressaltar que os limites da CI coincidem com os limites do Município de Inhambane (MI)¹. Esta informação é importante na medida que é sobre o território da CI, ao mesmo tempo Município que é feita a análise do crescimento da malha construída.

O estudo concentra-se na análise do crescimento extensivo, isto é, físico da CI, considerando-o como a forma dominante de crescimento das cidades em Moçambique (Araújo, 2003, 2005 e 2012; Matos, 2021). O crescimento extensivo da cidade demanda maior espaço físico e ocorre de forma horizontal, resultando na expansão do tecido urbano ou da malha construída para além dum núcleo urbano central mais antigo e densamente construído (Japiassú e Lins, 2014).

Santos (1996) afirma que a cidade é uma materialização da sociedade, transformando a paisagem através do trabalho humano. A definição de cidade é complexa e pode variar de acordo com diferentes critérios, incluindo demográficos, morfológicos e funcionais (Manso e Victor, 2010). No entanto, é comum considerar a densidade populacional como um indicador significativo da designação e caracterização do ambiente urbano (Beaujeu-Garnier, 1997). No caso da CI, a cidade está inserida dentro do espaço urbano, que é definido como um conjunto de diferentes usos da terra que definem a organização espacial da cidade.

Neste contexto, o crescimento da cidade é entendido como o processo de expansão física dentro de um território específico, no caso, o território da CI, já definido como urbano, embora as características típicas de urbanização como elevada densificação demográfica ainda sejam incipientes nas áreas onde a expansão acontece. De acordo com o Plano Estratégico Municipal de Inhambane (PEMI) 2009-2019, este território é constituído por 22 bairros e uma localidade. O estudo estará centrado nesses 22 bairros, destacando a diversidade e a distribuição urbana do município.

O crescimento das cidades é influenciado por vários factores, incluindo o aumento populacional, migração urbana, desenvolvimento dos transportes e urbanização (Beaujeu-

¹ Informação cedida pelo Senhor Olímpio José Languane - Chefe do Serviço de Planeamento Urbano do Município da Cidade de Inhambane, em entrevista no dia 21 de Novembro de 2023.

Garnier, 1980; Silva et al. 2014; e Glaeser, 2011).

O Conselho Municipal de Inhambane (CMCI) desempenha um papel importante no processo de crescimento da cidade, com a concepção e implementação de planos de estrutura urbana, planos de pormenor em diferentes bairros e arranjos urbanísticos. Além dos actores públicos, os ocupantes de boa-fé e aqueles que têm acesso à terra através das mais diversas formas lícitas também exercem influência sobre o crescimento da CI.

O crescimento da CI é caracterizado pela construção de edifícios que aumentam a densidade construída e conduzem à expansão do tecido urbano. Este crescimento é evidenciado pelo aumento da área total da malha construída, que quase duplicou nos últimos 25 anos, passando de 6582 ha em 1997 para 12681 ha em 2022, representando um aumento relativo de 92,66%. Os bairros de Josina Machel, Conguiana e Machavenga foram os principais contribuintes para esse aumento na área construída.

Este estudo contribui para uma compreensão mais aprofundada do processo de crescimento da CI, destacando os principais factores e actores envolvidos nesse processo e analisando o aumento da malha construída ao longo do tempo.

1.1.Delimitação do Problema

O crescimento ou expansão física da CI, é um fenómeno notável. Este trabalho visa compreender em profundidade como esse processo de expansão da malha construída se desenrolou no período compreendido entre 1997 e 2022. Este período de relativa estabilidade político-militar, se comparado com as décadas anteriores, proporcionou oportunidades a diferentes actores públicos e privados para contribuírem no crescimento da cidade.

Diante dessa contextualização, as perguntas que nortearão este trabalho são:

- **Como evoluiu a malha construída da CI ao longo do período de 1997 a 2022?**
- **Quais são os principais impulsionadores desse crescimento?**

Essas questões servirão como guias para uma pesquisa detalhada e análise do crescimento físico da cidade e dos factores que contribuíram para a expansão física da cidade ao longo do tempo.

1.2.Objectivo

1.2.1. Geral

É objectivo geral analisar o a evolução da malha construída da CI no período compreendido entre 1997 e 2022, por ser um período de franca expansão da cidade, um processo caracteristicamente notável através da construção de novas estruturas habitacionais.

1.2.2. Específicos

- Identificar as alterações na malha urbana da cidade devido à construção de novas estruturas físicas, evidenciando a reorganização do uso do solo.
- Caracterizar a direcção do crescimento da malha construída.
- Descrever os factores associados ao crescimento da CI.
- Avaliar o papel dos agentes públicos e privados no processo do crescimento da CI.

1.3.Justificativa e Importância do Trabalho

As cidades em Moçambique, como em qualquer outra parte, estão em constante transformação. Este estudo busca descrever e analisar as transformações da malha construída ocorrida na CI no período 1997-2022, significando a análise do crescimento da malha construída na CI ao longo do tempo, permitindo uma comparação entre os diferentes períodos, em concreto em função dos censos, portanto, intervalos de 10 anos 1997-2007; 2007-2017; e na metade desses períodos (2017-2022). O uso de dados dos censos possibilita o uso de dados populacionais provenientes desses censos de modo a tornar a análise mais consistente.

O uso da análise de 5 anos, nesta pesquisa deve-se as seguintes razões:

- Garantir uma análise mais detalhada e sensível a mudanças que podem ter ocorrido ao longo de cinco anos, fornecendo uma visão mais granular do crescimento da malha construída, pois, ao analisar esse crescimento em intervalos de 10 anos, pode ser difícil identificar tendências ou mudanças que ocorreram em períodos mais curtos de tempo.
- Em cidades em rápido crescimento, como a maior parte das cidades moçambicanas incluindo CI, mudanças significativas na paisagem urbana podem ocorrer em um período de cinco anos. Usar a metade do período de censo permite capturar essas mudanças de

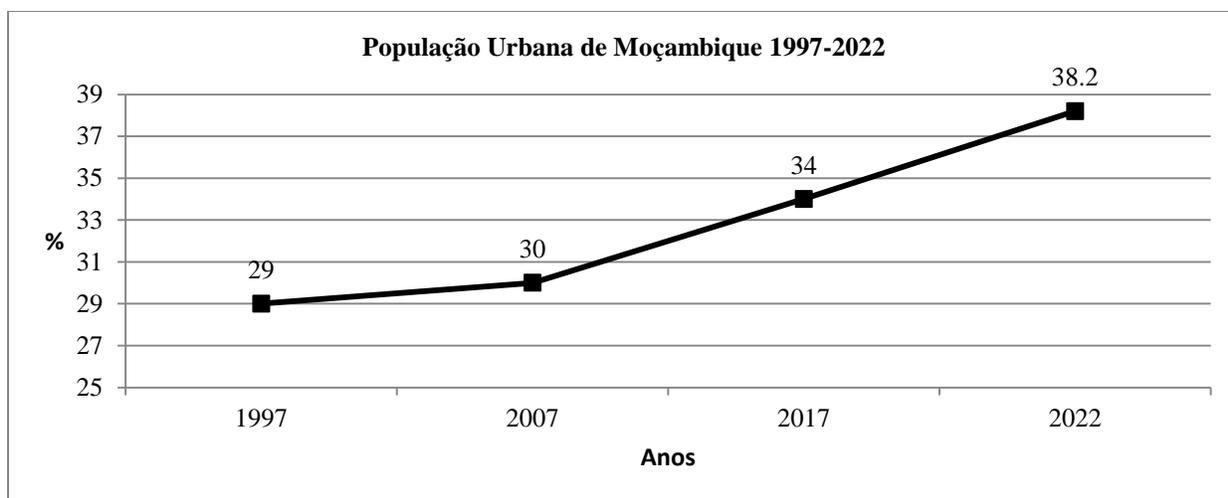
maneira mais oportuna e acompanhar o crescimento da cidade em um nível mais próximo do tempo real.

- Comparar o crescimento da malha construída em intervalos de cinco anos com os de 10 anos pode fornecer uma compreensão mais abrangente sobre a dinâmica urbana. O que permite verificar se as tendências observadas em períodos mais curtos são consistentes com as mudanças de longo prazo na cidade.

A escolha do período justifica-se pelo facto de a partir de 1994, com a assinatura dos Acordos Gerais de Paz, se ter criado um ambiente propício para outras dinâmicas de expansão urbano terem lugar. Se nas décadas anteriores os conflitos armados e crises ambientais terão tido um papel importante no êxodo rural, a partir dos meados de 1990 outros factores internos as cidades começam a ser importantes. São estes que o estudo procura identificar e explicar a sua importância.

É facto que o crescimento urbano em Moçambique está a um ritmo acelerado devido sobretudo ao aumento da população urbana, conforme ilustra o Gráfico 1. O crescimento da população urbana é um indicador crucial que destaca a relevância do estudo do crescimento das cidades em sua dimensão física. Esse crescimento populacional está directamente relacionado com a expansão física das cidades, resultando na formação de malhas construídas mais extensas e complexas.

Gráfico 1:



Fonte: INE, 1999; 2009; 2019

A abordagem da evolução temporal do crescimento da CI é cientificamente relevante, pois contribui significativamente para a disponibilidade de informações úteis no campo do planeamento urbano. Tal contribuição é essencial para a concepção e construção de espaços urbanos que minimizem problemas ambientais e promovam a sustentabilidade.

A análise da evolução da malha construída da CI não só avança o conhecimento geográfico, especialmente na Geografia Urbana em Moçambique, mas também oferece informações valiosas para o planeamento e gestão do espaço urbano, visando um desenvolvimento mais sustentável e harmonioso. Esta pesquisa servirá como base para diversas análises, incluindo a avaliação dos impactos ambientais e sociais do crescimento urbano da CI.

1.4. Pressuposto para a elaboração do estudo

Os dois pressupostos destacados para a realização do seu estudo são:

- Pressupõe-se que a expansão físico-urbano das cidades é um fenómeno intrínseco ao seu desenvolvimento ao longo do tempo (Glaeser, 2011). Portanto, assim como outras cidades, a CI experimenta um crescimento contínuo da sua malha construída, incluindo a expansão de sua periferia urbana. Esse pressuposto é baseado na compreensão geral do processo de urbanização e desenvolvimento urbano, que tende a ocorrer de forma progressiva à medida que a população cresce e as necessidades de infra-estrutura e habitação aumentam.

- Considera-se que a CI, juntamente com outras cidades moçambicanas, está passando por transformações urbanas significativas, influenciadas por factores como a globalização económica, a liberalização dos mercados e o influxo de investimentos estrangeiros. Essas transformações não apenas redefinem as relações geográficas, sociais e políticas na cidade, mas também moldam sua espacialidade urbana, alterando sua paisagem física e socio-económica.

1.5.Estrutura do trabalho

Assim, este trabalho será apresentado em partes distintas, iniciando-se por esta introdução, em que se explanam os objectivos do estudo.

Na segunda parte, a fundamentação teórica busca subsidiar o foco do tema, utilizando-se de obras de renomados autores como Araújo (2003), Brenner (2004), Florida (2002), Glaeser (2011), Maloa (2019), Roy (2009), Sassen (2012), Santos (1994), entre outros.

A metodologia de trabalho é apresentada na terceira parte e, na sequência, apresentam-se os resultados do trabalho e são discutidos o desenvolvimento do estudo, ou seja, a concretização dos objectivos específicos. Por fim, apresenta-se a conclusão deste estudo e as considerações sobre a análise efectuada.

2. QUADRO CONCEPTUAL E TEÓRICO

Apresenta-se a seguir o quadro teórico que procura situar o estudo em termos das bases conceptuais e teóricas. Os seguintes aspectos conceptuais e tóricos são discutidos:

- Cidade vis-à-vis Urbano.
- Crescimento da Cidade.
- Cidade e Urbano em Moçambique.
- Agentes que actuam no crescimento da cidade.
- Factores do crescimento da cidade.

2.1.Cidade vis-à-vis urbano

A discussão contemporânea sobre o espaço urbano, como abordada por Côrrea (2004) e Santos (1994), destaca a complexidade e a interdependência entre os conceitos de cidade e espaço urbano. Segundo Côrrea (2004), o espaço urbano resulta da acção dos agentes sociais sobre o ambiente construído, englobando residências, prédios e actividades económicas como comércio, serviços e produção industrial, caracterizado pelo adensamento de edificações e populações dentro do perímetro urbano.

Santos (1994) diferencia cidade e espaço urbano, onde o urbano é abstracto e geral, enquanto a cidade é concreta e particular. No entanto, esses conceitos são indissociáveis, pois o espaço urbano emerge da dinâmica socio-espacial das cidades. A cidade é uma manifestação física do espaço urbano, reflectindo relações sociais, económicas e políticas.

Santos et al. (1996) e Salvi et al. (2019) reforçam essa distinção. Santos et al., vêem a cidade como a materialização das relações sociais, enquanto o urbano resulta dessas relações no espaço da cidade. Salvi et al., ampliam essa ideia, afirmando que o urbano se opõe ao rural, e a cidade é a materialização do urbano, podendo incluir práticas não urbanas.

Portanto, ao estudar o crescimento da malha construída da CI, é essencial considerar tanto o conceito de cidade quanto o de espaço urbano. O crescimento da malha construída reflecte as relações sociais, económicas e políticas no espaço urbano, incluindo áreas peri-urbanas e demais espaços urbanizados. Compreender esses conceitos permite uma análise mais precisa do processo de crescimento urbano de CI.

2.2.Cidade e Urbano em Moçambique

O processo de urbanização acelerada nas cidades africanas, conforme discutido por Viana (2012), transformou significativamente os tecidos urbanos, tipologias e formas urbanas. Este processo foi impulsionado por factores como rápido crescimento populacional, migração rural-urbana, desenvolvimento económico e mudanças sociais. Embora tenha trazido desafios como a falta de infra-estrutura e o surgimento de assentamentos informais, também revelou a criatividade e iniciativa dos moradores urbanos, que estabelecem redes sociais e económicas vibrantes na ausência de serviços governamentais adequados.

Pacheco (2013) destaca que em Moçambique, o desenvolvimento urbano enfrenta desafios semelhantes, decorrentes do rápido crescimento populacional e da falta de infra-estrutura adequada. As cidades moçambicanas, caracterizadas por centros históricos com arquitectura colonial e numerosos assentamentos informais, reflectem a complexidade do cenário urbano. A interacção entre factores históricos, administrativos e económicos moldou a estrutura urbana, com mudanças significativas após a independência em 1975.

O desenvolvimento económico atraiu muitas pessoas para áreas urbanas, resultando em rápido crescimento populacional e expansão urbana. Apesar dos progressos, desafios como a falta de infra-estrutura básica e acesso limitado a serviços essenciais persistem. Para enfrentar esses desafios e aproveitar as oportunidades de desenvolvimento urbano, é crucial adoptar uma abordagem integrada e sustentável que considere as necessidades e aspirações da população urbana moçambicana.

2.3.Crescimento da Cidade

O crescimento da cidade em termos de expansão da malha construída é um fenómeno complexo e multifacetado, ligado ao aumento populacional e ao desenvolvimento económico, como anteriormente também foi referenciado. Conforme destacado por Batty (2013), esse crescimento pode ocorrer de várias maneiras: expansão horizontal para áreas periféricas, desenvolvimento de novos bairros ou subúrbios, densificação de áreas já urbanizadas e aproveitamento de espaços vazios dentro da cidade existente.

A expansão da malha construída está directamente relacionada ao crescimento populacional das cidades. Com a migração de pessoas para áreas urbanas em busca de melhores oportunidades, aumenta a demanda por habitação e serviços urbanos, resultando na expansão física do ambiente construído, conforme observado por Glaeser (2011).

No entanto, esse crescimento também traz desafios e impactos negativos, como o consumo de terras agrícolas e naturais, aumento do tráfego e congestionamento, necessidade de infraestrutura adicional e impactos ambientais, incluindo a perda de habitat natural e a fragmentação do solo, como apontado por Forman (2014).

Portanto, é crucial que o crescimento das cidades seja planeado e gerido de forma sustentável. Isso requer políticas e estratégias de desenvolvimento urbano que promovam o uso eficiente da terra, preservação ambiental, inclusão social e melhoria da qualidade de vida para todos os habitantes urbanos. Um planeamento urbano sustentável pode garantir que o crescimento das cidades beneficie tanto os habitantes actuais quanto as futuras gerações.

2.4.Fundamentos Teóricos do Crescimento das Cidades

Um indicador objectivo do crescimento físico da cidade poderá ser o crescimento da malha construída. Este é, por seu lado um fenómeno complexo e multidimensional, profundamente conectado ao aumento populacional e ao desenvolvimento económico urbano que está na base da urbanização. Diversas perspectivas teóricas, como as de Sassen (1991) e Glaeser (2011), destacam a influência da urbanização na configuração económica e social das cidades ao longo do tempo, incluindo a ascensão das cidades globais como centros de comando económico.

A urbanização é impulsionada por factores económicos e demográficos, conforme discutido por Harvey (2005), que enfatiza como o desenvolvimento urbano é orientado pela necessidade de

investimento e expansão de infra-estruturas. O planeamento urbano, crucial para gerir o crescimento urbano, segundo Hall (2002) e Jenks e Dempsey (2005), deve incorporar práticas sustentáveis para mitigar impactos ambientais e sociais negativos.

A expansão da malha construída também levanta desafios ambientais significativos, como sublinhado por Beatley (2010) e Rees (1992), que advogam pela integração de elementos naturais no ambiente urbano e pela avaliação da pegada ecológica para assegurar um desenvolvimento urbano sustentável.

2.5. Agentes na Produção do Espaço Urbano: Uma Análise dos Actores Públicos e Privados

A produção do espaço urbano e o crescimento da cidade são processos complexos influenciados por uma variedade de agentes sociais, actuando em escalas e esferas diversas, tanto públicas quanto privadas. Autores como Carlos (2011) e Leite e Pereira (2020) enfatizam que o espaço urbano resulta das acções concretas de agentes sociais históricos, cada um com interesses, estratégias e práticas específicas que moldam o ambiente urbano de acordo com dinâmicas locais e contextos variados.

Esses agentes, públicos e privados, interagem de maneira complexa na produção do espaço urbano, gerando conflitos que reflectem as aspirações da população e os interesses de grupos políticos e económicos (Furini, 2014). Harvey (2005) sublinha a distinção entre agentes públicos, como governos e agências reguladoras, que buscam promover o bem-estar público e regular o uso do solo, e agentes privados, focados em maximizar lucros através da produção de espaços urbanos que atendam às demandas de mercado e oportunidades de investimento (Brenner, 2004).

Compreender essas dinâmicas é essencial para analisar como os agentes sociais influenciam o crescimento da cidade e a configuração do espaço urbano, revelando a interação

complexa entre interesses económicos, políticos e sociais na construção das cidades contemporâneas.

2.5.1. Agentes Públicos

Autores como Branner (2004) e Marafon (1996) destacam o Estado como o principal agente público na produção do espaço urbano, exercendo influência através de políticas, investimentos, regulação e intervenções directas. O Estado desempenha um papel essencial no planeamento urbano, formulação de políticas urbanas, investimento em infra-estrutura, provisão de serviços públicos, gestão de crises, desenvolvimento de habitação social e promoção do desenvolvimento económico. Suas acções visam moldar o desenvolvimento das cidades de maneira equitativa e sustentável, atendendo às necessidades da população urbana.

Para demonstrar de forma mais eficaz as diversas facetas do papel do Estado como agente na produção do espaço urbano, Marafon (1996) esclarece claramente a distinção entre o Estado e outros agentes produtores do espaço. Ele destaca o papel preponderante e multifacetado do Estado, ressaltando que este utiliza uma variedade de instrumentos para concretizar suas intervenções no espaço urbano, afirmando que:

Dentre os agentes de produção do espaço urbano o Estado é um elemento fundamental e multifuncional, desempenhando vários papéis na compreensão da questão urbana, pois sua acção ocorre na medida da intensidade e da natureza dos conflitos no sentido de criar as "condições gerais da produção capitalista" através da intervenção via planeamento urbano.

Os demais agentes produtores do espaço urbano possuem estratégias com objectivos determinados, mas o papel do Estado pode ser mutável, ele pode ser proprietário fundiário, dos meios de produção, promotor imobiliário e agente financeiro, além de ser um aparelho ideológico e normalizador do processo produtivo. Entre os instrumentos que o Estado utiliza para a normatização do espaço urbano podemos citar: regulamentação do uso do solo, taxação de impostos, localização dos equipamentos urbanos e produção do solo urbano (Marafon, 1996, pp.173-174).

O Estado exerce um papel fundamental na produção do espaço urbano, influenciando o crescimento das cidades por meio de suas entidades e instituições. As autoridades municipais desempenham um papel crucial na governança urbana e no planeamento urbano, formulando e

implementando políticas para orientar o desenvolvimento urbano de maneira sustentável e equitativa (Roy, 2009).

As Agências de Desenvolvimento Urbano desempenham um papel essencial na implementação de políticas e programas voltados para o planeamento, revitalização e gestão urbana. Isso inclui o planeamento urbano, gestão de projectos, revitalização de áreas urbanas, promoção do desenvolvimento económico, engajamento comunitário e conservação ambiental (Cochrane, 2000).

Um exemplo significativo na CI é o Fundo de Fomento para Habitação (FFH), que financiou a construção de conjuntos habitacionais, reduzindo o déficit habitacional e contribuindo para o crescimento da malha construída.

Os órgãos ambientais desempenham um papel crucial na integração de preocupações ambientais no planeamento e crescimento urbano. Eles estabelecem regulamentações ambientais, supervisionam o licenciamento ambiental, monitoram e fiscalizam a implementação de projectos de desenvolvimento, garantindo que sejam realizados de maneira adequada e em conformidade com as normas ambientais e urbanísticas (Beatley, 2000).

Na CI, esses órgãos contribuem para o crescimento sustentável da malha construída ao aprovar novos projectos de construção dentro dos parâmetros ambientais e urbanísticos, evitando assim a expansão descontrolada e ocupações em áreas de risco.

Além das autoridades municipais e órgãos ambientais, instituições como Institutos de Planeamento Urbano e Instituições de Transporte Público desempenham papéis importantes no desenvolvimento urbano da cidade (Hall, 2002; Brenner, 2012).

2.5.2. Agentes Privados

Os diversos agentes envolvidos na produção do espaço urbano desempenham papéis fundamentais no crescimento e na transformação das cidades. Entre eles, destacam-se as empresas de construção civil, as incorporadoras imobiliárias, os empreendedores privados, instituições financeiras e proprietários de terrenos.

As empresas de construção civil e incorporadoras imobiliárias são responsáveis pela construção de novos empreendimentos e pela renovação de áreas urbanas, influenciando directamente o mercado imobiliário, a disponibilidade de habitação e espaços comerciais. Suas actividades não só aumentam a malha construída, mas também melhoram o aspecto visual e funcional das cidades, estimulando o desenvolvimento económico local (Florida, 2002; Shoup, 2005).

As instituições financeiras desempenham um papel crucial ao fornecerem capital para projectos imobiliários e de infra-estrutura, viabilizando desde novos empreendimentos até a reabilitação de áreas urbanas degradadas. Isso inclui investimentos em projectos sustentáveis e inovadores, como construções ecológicas e transporte público sustentável (Roy, 2009; Sassen, 1991).

Os proprietários de terrenos são essenciais para o desenvolvimento urbano, pois possuem os terrenos onde as edificações são construídas. Suas decisões sobre o uso e desenvolvimento dessas propriedades têm um impacto significativo na forma e função das cidades, influenciando aspectos sociais, económicos e ambientais locais (Florida, 2002).

Esses agentes não operam isoladamente, mas interagem de maneira complexa na produção do espaço urbano, moldando o crescimento das cidades e influenciando directamente a qualidade de vida dos habitantes urbanos.

2.6.Factores do Crescimento da Malha Construída da Cidade

Os factores que impulsionam o crescimento urbano são fundamentais para o aumento da população, expansão territorial e transformação da infra-estrutura das cidades (Florida, 2002). Esses factores impulsionadores do crescimento urbano são diversos e interconectados.

Autores como Florida (2002), Sassen (2001), Kotkin (2006) e Glaeser (2011) exploram esses elementos de maneira interconectada e complexa, destacando a influência de características específicas regionais, incluindo contexto histórico, económico, social e político.

Esses autores convergem na ideia de que o crescimento urbano é impulsionado por uma variedade de factores, como desenvolvimento económico, políticas públicas, migração

populacional, inovação tecnológica e padrões culturais. Esses aspectos inter-relacionados são cruciais para compreender como as cidades crescem e se desenvolvem ao longo do tempo.

2.6.1. Crescimento Populacional

O crescimento demográfico, decorrente desse influxo populacional, também é um elemento crucial para o crescimento físico - urbano, exigindo a construção de novos bairros e o desenvolvimento de áreas periféricas para acomodar a demanda por moradias (Kotkin, 2006).

A questão demográfica desempenha um papel crucial no estudo do crescimento da cidade, pois esses dois processos, crescimento da população e expansão da malha construída estão intrinsecamente interligados e desencadeiam uma série de efeitos, incluindo a redistribuição da população dentro da cidade e em suas áreas circundantes (Santos, 2000). Destas abordagens nota-se que, o crescimento populacional é um dos principais impulsionadores do crescimento urbano. À medida que mais pessoas migram das áreas rurais para as áreas urbanas em busca de melhores oportunidades de emprego, educação e qualidade de vida, há uma crescente demanda por habitação e serviços urbanos. Esse fenômeno resulta na expansão física das cidades, com a construção de novos bairros, subúrbios e infra-estrutura urbana.

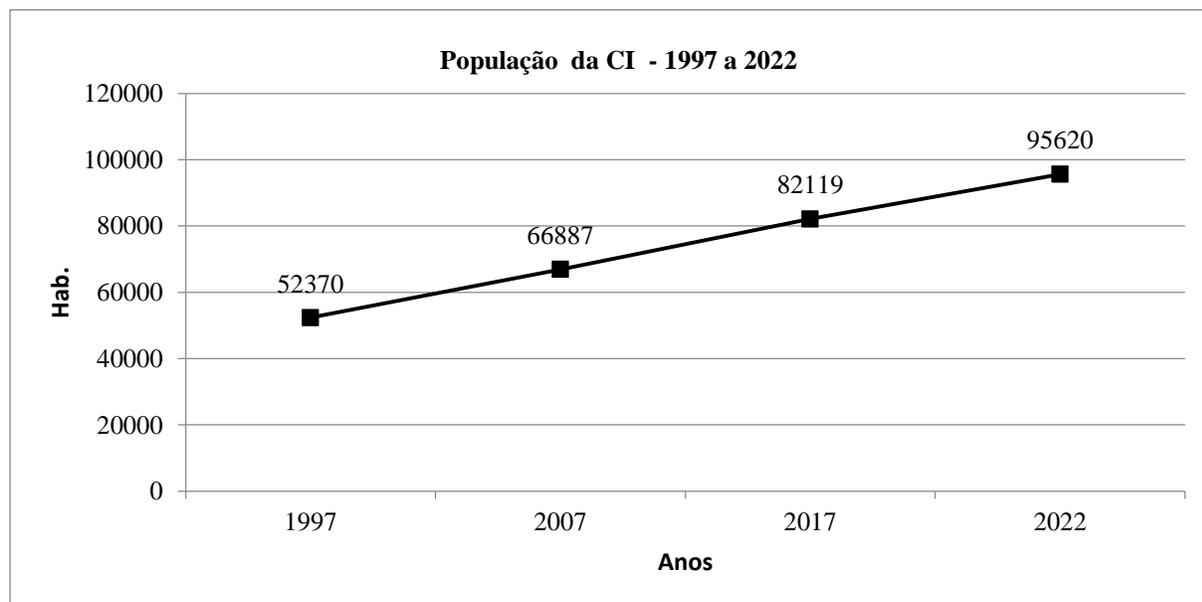


Gráfico 2:

Fonte: INE, 1999, 2010, 2019.

O gráfico apresenta a evolução populacional de Inhambane ao longo de 25 anos, mostrando um aumento gradual da população em cada período. Esse crescimento populacional está correlacionado com o crescimento da malha construída na cidade. À medida que a população cresce, aumenta a demanda por habitação e infra-estrutura, o que se reflecte na expansão da área urbana e na construção de novos bairros. Essa análise dos dados indica uma relação directa entre o crescimento demográfico e o desenvolvimento da infra-estrutura urbana na CI.

2.6.2. Clima Favorável e Turismo

A importância do clima favorável como um factor atractivo para residentes e turistas é destacada por Ashworth e Page (2011). O clima agradável pode transformar uma cidade em um destino turístico desejado, impulsionando o crescimento económico e da malha construída.

Com o aumento do turismo, surge uma demanda crescente por infra-estrutura adequada, como hotéis, restaurantes e lojas. Esse aumento na demanda impulsiona a expansão da malha urbana e revitaliza áreas subutilizadas, conforme destacado por Jamal & Robinson (2009) e Morrison (2008).

Além disso, o turismo pode estimular o desenvolvimento de áreas comerciais e de entretenimento, criando novas oportunidades de negócios e aumentando a actividade económica local, como observado por Smith (2007).

As condições climáticas favoráveis da CI têm um papel crucial no impulsionamento do turismo, o que, por sua vez, estimula o crescimento da malha construída e o desenvolvimento económico da região.

2.6.3. Migração e Expansão Urbana

A migração desempenha um papel crucial no crescimento da malha urbana. Conforme destacado por Smith (1996), a busca por melhores oportunidades de emprego, educação e qualidade de vida motiva a migração, resultando em uma demanda crescente por moradias urbanas.

Essa demanda por habitação estimula a construção de novas residências, apartamentos e condomínios, impulsionando a expansão física da cidade, como apontado por Sassen (1991). A

migração não apenas aumenta a população urbana, mas também pode levar à conversão de áreas rurais em zonas urbanas.

Além disso, a migração contribui para o desenvolvimento de novos bairros e subúrbios, à medida que os migrantes se estabelecem em áreas periféricas da cidade em busca de moradias mais acessíveis ou melhores condições de vida.

Portanto, a migração é um factor fundamental para o crescimento da malha urbana, desencadeando a expansão física da cidade e influenciando sua estrutura e desenvolvimento ao longo do tempo.

2.6.4. Disponibilidade de Solo Urbano

A disponibilidade de solo urbano é um elemento essencial para o crescimento urbano sustentável, como enfatizado por Glaeser (2011). A existência de áreas de solo disponíveis facilita a expansão da malha construída da cidade, possibilitando a construção de empreendimentos residenciais, comerciais e industriais.

Essa disponibilidade de solo não apenas determina até que ponto uma cidade pode se expandir horizontalmente, mas também é crucial para o planeamento e a construção de habitações que atendam às diversas necessidades da comunidade, como destacado por Smith (2007).

Deste modo, a disponibilidade de solo urbano desempenha um papel fundamental no crescimento da cidade, influenciando directamente sua capacidade de expansão e desenvolvimento ao longo do tempo. Garantir uma gestão eficaz do solo urbano é essencial para promover um crescimento urbano ordenado e sustentável.

2.6.5. Políticas de Desenvolvimento Urbano

As políticas de desenvolvimento urbano desempenham um papel crucial na orientação do crescimento das cidades (Harvey, 2005).

Essas políticas são essenciais para garantir que as infra-estruturas sejam desenvolvidas de forma adequada e oportuna, atendendo às necessidades da população em crescimento.

Por meio de regulamentações e planos estratégicos, as políticas de desenvolvimento urbano podem influenciar a distribuição espacial da população e das actividades económicas, promovendo um uso eficiente do solo urbano e melhorando a qualidade de vida dos residentes (Hall, 2002).

Portanto, políticas de desenvolvimento urbano bem elaboradas e implementadas são fundamentais para assegurar um crescimento urbano ordenado e resiliente, contribuindo para a criação de cidades mais inclusivas e sustentáveis.

A CI enfrenta desafios significativos relacionados à urbanização e ao rápido crescimento populacional. O influxo populacional de áreas rurais para áreas urbanas aumenta a demanda por habitação, infra-estrutura e serviços públicos. O crescimento desordenado pode levar a problemas como a ocupação irregular do solo e a insuficiência de infra-estrutura básica.

3. METODOLOGIA UTILIZADA

Esta pesquisa foi conduzida utilizando uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos. Os dados foram colectados por meio dos seguintes procedimentos:

Revisão Bibliográfica:

Uma revisão abrangente da literatura foi realizada, focalizando o crescimento da cidade, desenvolvimento urbano e planeamento urbano, com especial ênfase em estudos de caso similares em contextos africanos. As fontes de dados incluíram livros, artigos académicos, relatórios de pesquisa dissertações, leis e documentos governamentais. A prioridade foi dada a documentos que continham informações sobre a CI mapeamentos da área urbana da região até a década cobrindo as últimas 3 décadas até 2022, garantindo dessa forma acesso a informações e dados actualizados e relevantes para a pesquisa.

A pesquisa pela internet desempenhou um papel crucial na obtenção de informações relacionadas ao tema, facilitando a obtenção de dados disponíveis em bases de dados.

Análise de Dados Secundários:

Foram utilizados dados demográficos, socio-económicos e espaciais disponíveis para analisar o crescimento da população e da malha construída na CI ao longo do tempo. Esses dados foram obtidos a partir de fontes oficiais, como o Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (INE), Conselho Municipal da Cidade de Inhambane (CMCI), Direcção Provincial do Turismo de Inhambane (DPCTI), e Fundo de Fomento para Habitação (FFH).

Entrevistas:

Foram conduzidas três entrevistas semi-estruturadas com actores relevantes no processo de crescimento da CI, como, CMCI, FFH e DPCTI. A entrevista com o CMCI foi realizada em Novembro de 2023. No mesmo mês, também foi conduzida uma entrevista com o FFH. A terceira entrevista foi realizada com a DPCTI em Abril de 2024. O uso de entrevistas semi-estruturadas foi fundamental para a pesquisa sobre o crescimento da malha construída da CI. Essa abordagem metodológica proporcionou uma compreensão mais profunda e contextualizada do fenómeno em estudo, permitindo uma exploração detalhada dos factores que contribuíram para o crescimento urbano.

A natureza aberta e flexível das entrevistas permitiu que os participantes expressassem livremente suas opiniões, experiências e percepções, enriquecendo a pesquisa com uma diversidade de perspectivas. Um guião para as entrevistas foi aplicado de modo a assegurar a consistência temática durante as entrevistas (Vide os Apêndices 4, 5 e 6).

Os dados obtidos por meio das entrevistas foram triangulados com outras fontes de informação, como dados estatísticos, documentos oficiais e observação directa, aumentando a confiabilidade e a robustez dos resultados.

Observação Indirecta:

A observação indirecta teve por base a cartografia digital. Para esse fim o processo envolveu uma busca criteriosa na base de dados do Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS) para

garantir a selecção das melhores imagens de satélite Landsat 5, 7 e 8 cobrindo a CI. Essa base de dados foi escolhida por ser de acesso gratuito e conter imagens que reúnem os critérios desejados, nomeadamente resolução espacial (15 e 30 metros, ideal para o estudo da dinâmica urbana), datas de aquisição das imagens cobrindo o período de estudo 1997-2022) e condições climáticas favoráveis em relação ao momento de obtenção das imagens, que se reflecte na qualidade das imagens. Os dados foram descarregados, organizados e catalogados no ArcMap.

A escolha criteriosa das imagens baseou-se nos sensores dos satélites, destacando-se os sensores TM (Thematic Mapper) e ETM+ (Enhanced Thematic Mapper Plus) que possuem uma resolução espacial de 30 metros para as bandas multiespectrais e de 15 metros para a banda pancromática. Embora essa resolução seja menor em comparação com alguns sensores mais recentes, como o MSI do Sentinel-2, essas bandas ainda são consideradas bastante adequada para análises urbanas, permitindo uma boa discriminação espacial entre os objectos capturados e uma análise detalhada do crescimento da malha construída de uma cidade (Novo, 2008).

Esses sensores oferecem uma combinação de bandas espectrais que permitem a identificação e classificação precisa de diferentes tipos de cobertura terrestre, como áreas urbanas, vegetação, corpos de água, entre outros. Além disso, a alta resolução espacial desses sensores possibilitou a identificação de detalhes na paisagem urbana, como ruas, edifícios e infra-estruturas, permitindo uma análise mais precisa do crescimento da malha construída ao longo do tempo.

Essa escolha estratégica visou assegurar uma representação mais precisa e detalhada das características observadas, optimizando a qualidade e utilidade das imagens obtidas para a análise da evolução urbana na CI.

Observação Directa:

Foram realizadas visitas sistemáticas, isto é, com intervalos regulares, a diferentes partes da cidade com destaque para os bairros de, Josina Machel, Machavenga, Conguiana, Malembuane e Guitambatuno pelo facto de as análises preliminares terem revelado que o crescimento da malha construída da cidade ser notável nestes. Durante as visitas foi possível verificar o uso e ocupação do solo urbano dessas áreas, proporcionando uma visão detalhada da dinâmica de ocupação e uso do solo urbano.

Os três primeiros bairros foram seleccionados devido ao seu notável crescimento, conforme indicado pelos dados cartográficos disponíveis. Quanto a Malembuane, Guitambatuno, esses bairros foram seleccionados porque estão a evidenciar um crescimento contínuo e substancial em sua malha construída nos últimos anos.

Esta abordagem permitiu identificar não apenas os bairros que já alcançaram um rápido crescimento físico-urbano, mas também aqueles que estão em processo de expansão e têm potencial para se tornarem áreas-chave de crescimento no futuro. Esse método de selecção ajudou a capturar tanto os padrões de crescimento históricos quanto as tendências emergentes, oferecendo uma visão abrangente e actualizada da dinâmica urbana da CI.

Tratamento dos dados

Para alcançar os objectivos de analisar o crescimento da malha construída da CI, as imagens de satélite passaram por um processo de pré-processamento que incluiu correcção atmosférica e geométrica, recorte da área de estudo, mosaico de imagens, normalização radiométrica, filtragem de ruído e classificação de imagens para identificar áreas urbanas. Essas etapas garantiram a qualidade dos dados e facilitaram a análise do crescimento da malha construída da CI durante o período em análise.

Pré-processamento das Imagens:

O pré-processamento incluiu a aplicação de técnicas avançadas de correcção atmosférica para mitigar influências atmosféricas nas imagens. A calibração radiométrica foi conduzida visando garantir a consistência dos valores em toda a série temporal. A utilização de ferramentas especializadas no ArcMap permitiu o recorte preciso das imagens para a área de estudo.

Processamento e Classificação Supervisionada:

A etapa de classificação supervisionada foi conduzida com rigor científico. A definição de classes de interesse envolveu análises espectrais detalhadas e a geração de assinaturas espectrais representativas. Utilizando algoritmos avançados, Máxima Verossimilhança, a classificação foi executada no ArcMap, otimizando a precisão dos resultados.

Conversão de Dados Raster para Vectoriais:

A conversão dos dados raster para vectoriais foi realizada com a ferramenta "*Raster to Polygon*" do ArcMap, permitindo uma representação mais detalhada das áreas urbanizadas. O processo envolveu a criação de polígonos vectoriais representando as diferentes classes, tornando possível análises mais granulares.

Geração de Mapas

A geração de mapas de mudanças urbanas foi realizada para destacar mudanças nas áreas urbanizadas ao longo do tempo. Ênfase em visualizações que realcem as transformações urbanas. A visualização foi refinada utilizando paletas de cores distintas e sobreposição de camadas para destacar áreas.

A quantificação da área urbanizada foi efectuada utilizando ferramentas avançadas de análise espacial no ArcMap, como a Detecção de Mudanças que permitiu comparar imagens de satélite de diferentes períodos temporais para identificar e quantificar mudanças na cobertura do solo, como expansão urbana, desmatamento ou mudanças no uso da terra ao longo do tempo.

Devido à vasta extensão da área, a utilização do ArcMap foi essencial, pois permitiu a análise de toda a região em um curto espaço de tempo. Este software oferece alta precisão e detalhamento na análise espacial, com a capacidade de manipular grandes volumes de dados geoespaciais. Segundo Goodchild (2009), o ArcMap inclui ferramentas avançadas, como a Detecção de Mudanças, que facilita a comparação de imagens de satélite ao longo do tempo. Além disso, o ArcMap integra dados de diversas fontes em um único ambiente de análise e permite customização avançada, possibilitando o desenvolvimento de scripts e modelos específicos. Também oferece opções robustas de visualização de dados, auxiliando na interpretação dos resultados (Goodchild, 2009).

Contudo, a detecção de mudanças pode enfrentar falhas de classificação devido a variações na iluminação, sazonalidade ou resolução das imagens de satélite. Podem ocorrer falsos positivos ou negativos, detecção incorrecta ou falha em detectar mudanças reais. Problemas de registro espacial, como o alinhamento impreciso de imagens de diferentes períodos, podem introduzir erros na análise. A resolução temporal inconsistente das imagens podem dificultar a detecção precisa de mudanças. Além disso, ruídos nas imagens, como nuvens

ou sombras, podem comprometer a precisão. A escolha inadequada de parâmetros no algoritmo de detecção também pode levar a análises imprecisas (Lu et al., 2017).

A partir das áreas construídas identificadas nas imagens de satélite, os dados foram extraídos para cada bairro e para cada ano de interesse. Isso foi feito utilizando o ArcMap para calcular a área total de construção em hectares para cada bairro em cada período de tempo. Esses dados forneceram informações sobre a área construída em ha para cada bairro nos anos de 1997, 2007, 2017 e 2022.

Os dados foram organizados em uma tabela, onde cada linha representa um bairro e cada coluna representa um ano. Isso permitiu uma visualização clara e organizada da evolução da área construída ao longo do tempo para cada bairro.

Para calcular o crescimento da área construída em ha para cada bairro em diferentes períodos, foi realizada uma subtração simples entre a área construída nos anos finais e iniciais do período em questão. Isso proporcionou uma medida quantitativa do crescimento ou diminuição da área construída para cada bairro.

Com base nos dados calculados, foi realizada uma análise da tendência geral de crescimento para cada bairro ao longo dos anos. O que envolveu a observação de padrões consistentes de crescimento, flutuações ou declínios na área construída em diferentes períodos.

Os resultados foram interpretados considerando-se factores como crescimento populacional, migração, políticas de desenvolvimento urbano, actividade turística e mudanças na demanda por habitação. Isso permitiu uma compreensão mais completa dos motivos por trás das tendências observadas em cada bairro.

Ao seguir essa metodologia, foi possível realizar uma análise abrangente e detalhada da evolução da área da malha construída nos bairros da CI ao longo do tempo, identificando padrões, tendências e factores subjacentes que influenciaram esse processo.

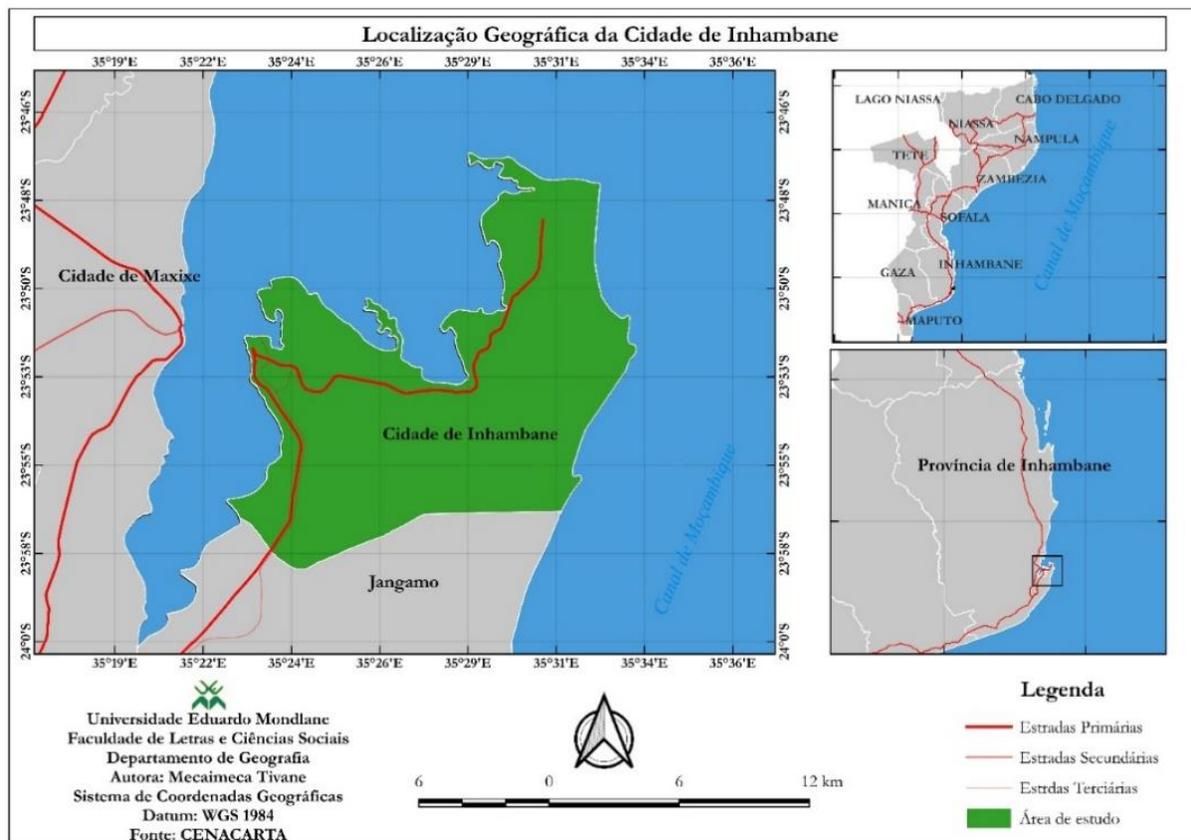
Essas diversas técnicas de colecta de dados permitiram uma abordagem abrangente e robusta na obtenção de informações sobre o crescimento da malha construída na CI, garantindo a validade e credibilidade dos resultados da pesquisa.

4. ÁREA DE ESTUDO

4.1. Localização da Área de Estudo

A CI, situada entre as coordenadas 23°50'S e 35°30'E abrange uma área de aproximadamente 192 km², incluindo tanto a parte terrestre quanto a área marítima. A Norte, Oeste e a Leste, é delimitado pelo Oceano Índico através da Baía de Inhambane, que oferece não apenas um cenário deslumbrante, mas também recursos naturais valiosos para a comunidade local. A Sul, faz fronteira com o Distrito de Jangamo, marcado pelo rio Guiúá, que não só separa os dois distritos, mas também serve como uma importante fonte de água e sustento para os habitantes da região (PEMI, 2009).

Mapa 1: Localização da Área de Estudo



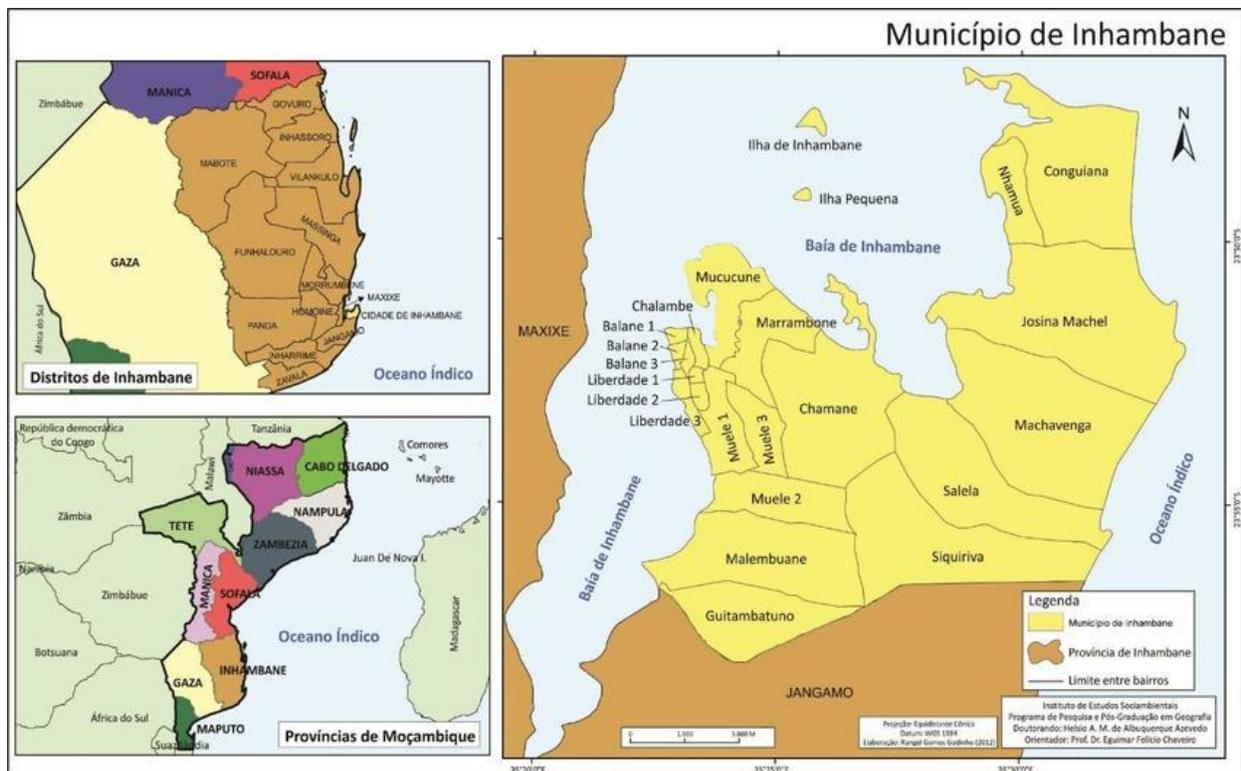
Elaborado pela autora

Fonte: CENACARTA, 2024

4.2. Divisão Administrativa

Segundo dados do INE no último censo (2017), o município da CI abriga uma população estimada em 79.724 habitantes, com uma ligeira maioria do sexo feminino, representando 53,3% do total (INE, 2019). De acordo com o Plano Estratégico Municipal de Inhambane 2009-2019, essa população de acordo com o está distribuída por 22 bairros e uma localidade, destacando a diversidade e a distribuição urbana do município, designados: Balane 1, Balane 2, Balane 3, Liberdade 1, Liberdade 2, Liberdade 3, Muelé 1, Muelé 2, Muelé 3, Chalambe 1, Chalambe 2, Mucucune, Marrambone, Chemane, Machavenga, Siquiriva, Salela, Conguiana, Josina Machel, Nhamua, Malembuane e Guitambatuno e a localidade da Ilha de Inhambane (PEMI, 2009).

Mapa 2: Enquadramento Territorial e Divisão Administrativa da CI



Fonte: Azevedo (2014)

4.3. Características socio-económicas

Do ponto de vista étnico, a grande maioria da população da CI pertence ao grupo bitonga, embora também haja membros da etnia chope. Essa comunidade se dedica principalmente às actividades agrícolas, pecuárias, pesqueiras e comerciais (PEMI, 2009 - 2019).

A CI segundo o PEMI (2009-2019) é a segunda mais antiga cidade de Moçambique a seguir a Ilha de Moçambique que foi a primeira capital do país.

A agricultura, a pesca e o turismo, constituem-se nas principais actividades económicas, desenvolvidas na CI. Esses sectores desempenham um papel crucial na economia local, proporcionando empregos, sustento e impulsionando o desenvolvimento.

A agricultura é uma actividade fundamental da CI, com produtos agrícolas como mandioca, milho, hortaliças e feijões sendo os mais destacados. Os agricultores locais desempenham um papel vital na produção de alimentos para a população local e para além dela, contribuindo para a segurança alimentar e a subsistência das comunidades.

Devido à sua localização costeira privilegiada, a pesca é outra actividade económica significativa. Os pescadores locais exploram os recursos marinhos da região, fornecendo peixes e frutos do mar para o consumo local, bem como para exportação, contribuindo assim para o abastecimento de mercados locais, regionais e globais.

O turismo é uma das principais fontes de receita, especialmente o turismo de sol e praia. A região norte do município, com suas belas praias e clima agradável, atrai turistas durante quase todo o ano. As actividades turísticas incluem mergulho, snorkeling, observação de vida marinha, passeios de barco e simplesmente desfrutar das praias paradisíacas. O turismo contribui significativamente para a geração de empregos, o crescimento económico e o desenvolvimento de infra-estrutura na área.

Gota (2018) destaca a existência de pouco mais de 150 estabelecimentos turísticos que recebem turistas sobretudo da África do Sul com uma estadia média de 12 dias.

A taxa de pobreza de consumo, que atinge 40% no MI, é um reflexo das disparidades socio-económicas existentes na região. É interessante notar que, apesar da importância do turismo como uma fonte de receita significativa para o município, os bairros localizados mais ao norte, nas zonas turísticas, enfrentam as maiores taxas de pobreza e desigualdade social (Kajale & Artur, 2020).

4.4.Evolução Histórica da CI

É inegável que há antecedentes históricos que remontam ao período pré-colonial assim como da colonização e que influenciam significativamente o processo de ocupação humana, tanto no desenvolvimento económico e social da CI quanto na sua estrutura urbana subsequente, tanto em termos de sua ocorrência temporal quanto de sua distribuição geográfica.

Em 1498, durante a atracagem de Vasco da Gama e sua tripulação para reabastecimento de água, os portugueses chegaram no que futuramente passou a ser a CI. Observando as condições naturais favoráveis à criação de um centro comercial devido à facilidade de acesso pelo mar, em 1534, os portugueses estabeleceram o primeiro entreposto comercial. Esse marco conferiu à CI o status de uma das primeiras cidades da África Austral (PEMI, 2009-2019).

Na prática isto significa que no local onde os portugueses vieram a estabelecer a CI já se encontravam populações com as quais os portugueses tiveram contacto. De tal modo que em 1728, os portugueses estabeleceram-se definitivamente na povoação, interrompendo o comércio controlado pelos holandeses, que até então dominavam o comércio de ouro na região. Esse domínio holandês chegou ao fim com a expulsão deles em 1731 (idem).

Os marcos históricos da CI são elementos essenciais para compreender sua rica história e evolução ao longo do tempo. Esses marcos não apenas reflectem os eventos e mudanças significativas que moldaram a cidade, mas também contribuem para sua identidade cultural e patrimonial. A tabela, presente no Apêndice 1, oferece uma visão abrangente desses marcos, fornecendo informações valiosas para estudiosos, historiadores e interessados na história local de Inhambane.

5. RESULTADOS

5.1. Evolução da Malha Construída na CI

Todas as cidades têm tendência para crescer, porque as funções urbanas por elas exercidas vão se acumulando com a passagem do tempo. Esta acumulação leva a transformações espaciais, no que Milton Santos designa de acumulação ao longo do tempo por intermédio da técnica, da razão e da emoção, de objectos e de acções sendo estes a essência da natureza do espaço geográfico (Santos, 2002). O crescimento das cidades realiza-se de duas formas: por

acumulação (de acções e objectos), ou por projecção para o exterior, dependendo das épocas, do desenvolvimento técnico, financeiro e das relações que se estabelecem entre as cidades e as áreas limítrofes e inicialmente, esse processo é espontâneo e anárquico, mas nos Estados modernos é cada vez mais legislado (Sassen, 2001).

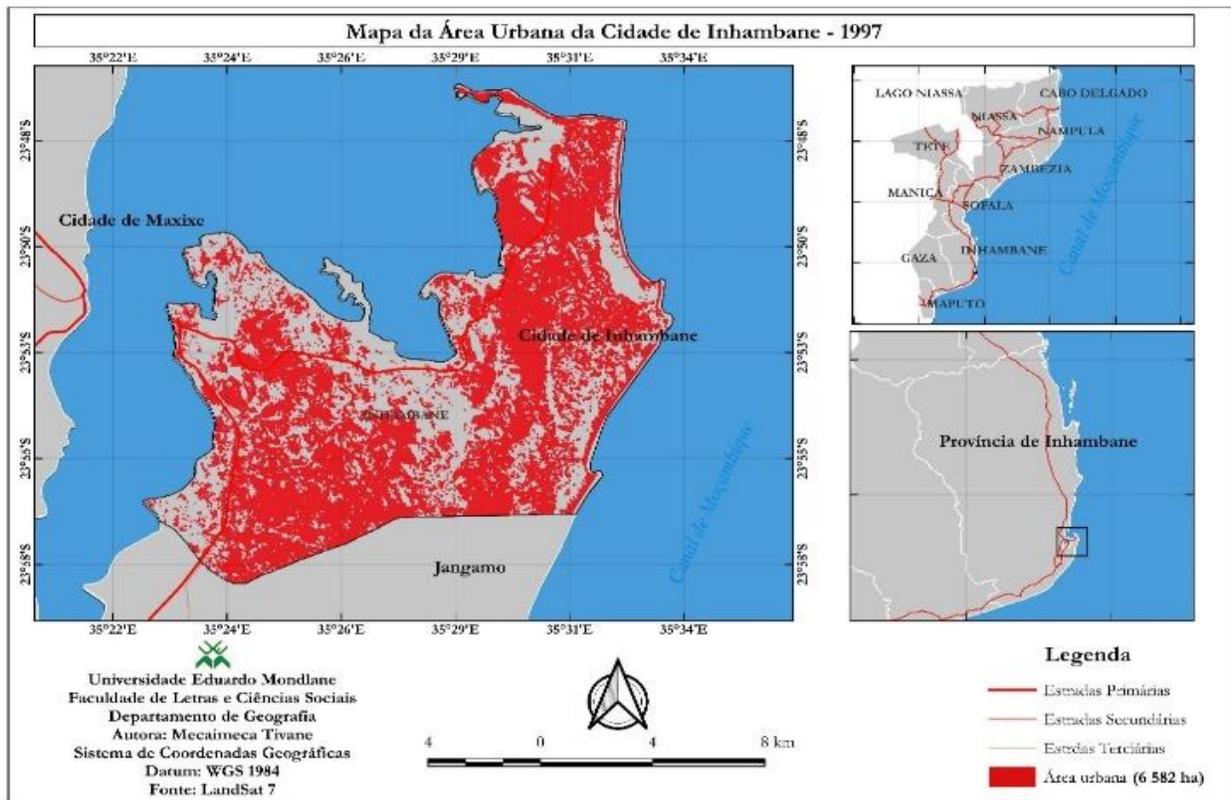
Os produtos cartográficos obtidos por meio da classificação das imagens de satélite ilustram o processo de crescimento da mancha construída na CI nos seguintes períodos: de 1997 – 2007; 2007 - 2017 e 2017-2022.

5.1.1. Primeiro Período 1997 – 2007

Neste primeiro período, são apresentadas as mudanças observadas comparando mapas de uso e cobertura do solo urbano entre os dois anos considerados, isto é, 1997 e 2007. As diferenças encontradas para as classes de uso e cobertura são identificadas, quantificadas e explicadas. É importante notar que este é o período imediatamente pós-assinatura dos Acordos Gerais de Paz (1994) que trouxeram a estabilidade necessária para outros actores tomarem protagonismo no processo de crescimento das cidades em Moçambique. Diferentemente dos conflitos e desastres ambientais que tinham sido factores fulcrais no crescimento das cidades Moçambicanas nas décadas anteriores há outros processos, actores e factores que ganharam maior importância.

5.1.1.1. Análise da Distribuição de Áreas Ocupadas por Bairros na CI em 1997

Mapa 3: Mapa da Área Edificada da CI em 1997



Elaborado pela autora

Fonte: CENACARTA, 2024

Em 1997, a área construída totalizava aproximadamente 6582 ha, distribuídos entre os bairros conforme detalhado na tabela 3. Este quadro oferece uma visão detalhada da distribuição da área ocupada, destacando a classificação e a extensão da área construída em cada bairro.

Tabela 1: Classificação dos Bairros da CI e Área Ocupada 1997

Bairros	Urbano	Suburbano	Periurbano/Rural	Área Ocupada em ha
Balane 1	x			3,85
Balane 2	x			8,48
Balane 3	x			8,63
Chalambe 1	x			1,76
Chalambe 2	x			4,08
Liberdade 1		x		0,34
Liberdade 2		x		2,00
Liberdade 3		x		16,20
Muelé 1		x		141,43
Muelé 2		x		323,21

Bairros	Urbano	Suburbano	Periurbano/Rural	Área Ocupada em ha
Muelé 3		x		291,79
Malembuane			x	618,41
Guitambatuno		x		596,02
Marrambone		x		281,23
Mucucune			x	18,16
Chamane			x	443,63
Salela			x	452,07
Josina Machel		x		987,25
Machavenga			x	672,99
Nhamua			x	301,23
Siquiriva			x	744,19
Conguiana			x	665,05
Total	5	9	8	6582

Fonte: Adaptado de Azevedo, 2010

Em 1997, na CI, a área total edificada era de 6582 ha. Dessa área, os bairros urbanos ocupavam 26,8 hectares, correspondendo a 0,41% da área total edificada. Os bairros suburbanos ocupavam cerca de 2639,47 ha, representando aproximadamente 40,08% da área total, enquanto os bairros peri-urbanos, compostos por 8 bairros, ocupavam 3915,73 ha, equivalente a 59,52% da área total edificada. Esses números indicam uma predominância significativa da área peri-urbana na ocupação territorial da cidade, seguida pelos bairros suburbanos e urbanos.

Nessa área peri-urbana, era mais comum encontrar residências dispersas. Esse tipo de assentamento caracterizava-se por uma construção totalmente horizontal, onde as residências eram distribuídas de forma dispersa pelo território (Araújo, 2003). Segundo este autor, a construção nessas áreas peri-urbanas era marcada por uma alternância entre materiais de construção duráveis e precários.

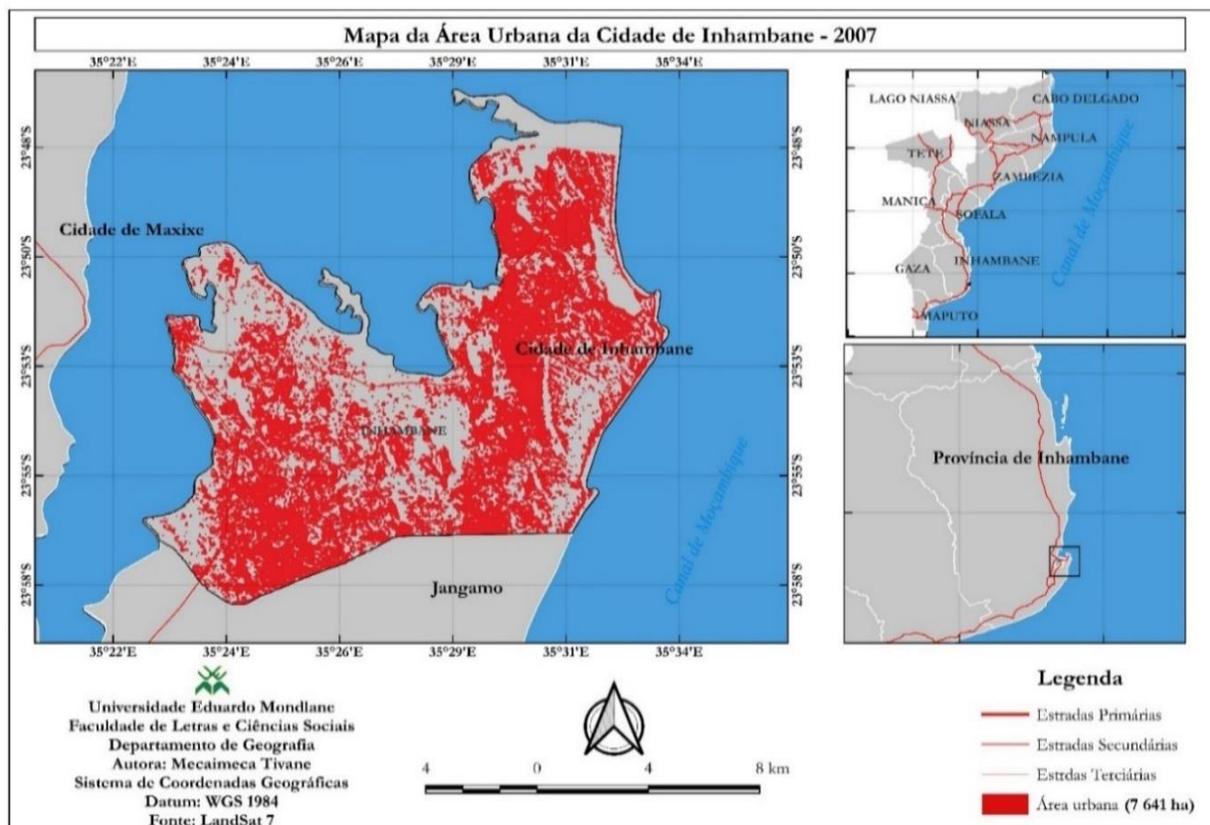
Essa característica reflecte um padrão de desenvolvimento em transição entre áreas rurais e urbanas. A predominância de residências rurais dispersas indica uma ocupação do espaço que mantém fortes vínculos com as práticas e modos de vida rurais. Ao mesmo tempo, a presença de materiais de construção duráveis e precários sugere uma adaptação às condições urbanas emergentes, mas ainda mantendo elementos tradicionais da construção rural.

Essa configuração sugere um estágio de transição na urbanização da CI, onde elementos urbanos estão se desenvolvendo, mas ainda coexistem com características rurais. Esse tipo de

ocupação do espaço é comum em áreas peri-urbanas em muitos contextos, representando um processo de transição entre o campo e a cidade.

5.1.1.2. Análise da Distribuição de Áreas Ocupadas por Bairros na CI 2007

Mapa 4: Mapa da Área Edificada da CI em 2007



Elaborado pela autora

Fonte: CENACARTA, 2024

Tabela 2: Classificação dos Bairros da CI e Área Ocupada 2007

Bairros	Urbano	Suburbano	Periurbano/Rural	Área Ocupada em ha
Balane 1	x			10,04
Balane 2	x			20,06
Balane 3	x			18,13
Chalambe 1	x			3,87
Chalambe 2	x			7,49
Liberdade 1	x			1,38
Liberdade 2		x		6,12

Bairros	Urbano	Suburbano	Periurbano/Rural	Área Ocupada em ha
Liberdade 3		x		23,90
Muelé 1	x			105,63
Muelé 2		x		330,87
Muelé 3		x		270,00
Malembuane			x	651,74
Guitambatuno		x		707,69
Marrambone		x		208,88
Mucucune			x	16,75
Chamane			x	300,82
Salela			x	611,42
Josina Machel		x		1334,26
Machavenga			x	1128,73
Nhamua			x	251,77
Siquiriva			x	959,65
Conguiana			x	661,80
Total	7	7	8	7641

Fonte: Adaptado de Azevedo, 2010; CMCI, 2023

Em 2007, a CI possuía uma área total ocupada pela malha construída de 7641 ha, distribuída entre áreas urbanas, suburbanas e periurbanas/rurais. A área urbana era composta por 7 bairros, ocupando 166,60 ha, o que representa aproximadamente 2,18% da área total. Esta baixa percentagem indica uma alta densidade populacional e de construção, característica dos centros urbanos onde se concentram infra-estruturas e serviços.

As áreas suburbanas, também compostas por 7 bairros, ocupavam 2881,72 ha, correspondendo a cerca de 37,71% da área total. Esta significativa ocupação reflecte uma zona de transição entre as áreas urbanas densamente construídas e as áreas rurais mais extensas, caracterizada por uma menor densidade populacional e uma combinação de residências, comércio e espaços abertos.

A maior parte da área total, cerca de 59,99%, era ocupada pelas áreas peri-urbanas/rurais, que abrangiam 4582,68 ha distribuídos entre 8 bairros. Esta predominância de áreas periurbanas/rurais destaca um padrão de desenvolvimento onde a expansão física-urbana ainda não atingiu essas regiões, geralmente caracterizadas por actividades agrícolas, espaços verdes e uma menor densidade de construção.

As percentagens ocupadas pelas áreas urbanas, suburbanas e peri-urbanas indicam claramente o padrão consistente com uma distribuição típica das cidades em Moçambique, onde as áreas urbanas são altamente concentradas, as suburbanas são zonas de transição, e as periurbanas/rurais ocupam vastas extensões, muitas vezes destinadas a agricultura. Esse cenário destaca a importância de um planeamento urbano eficaz que considere o crescimento sustentável e equilibrado entre densidade urbana e preservação das áreas rurais.

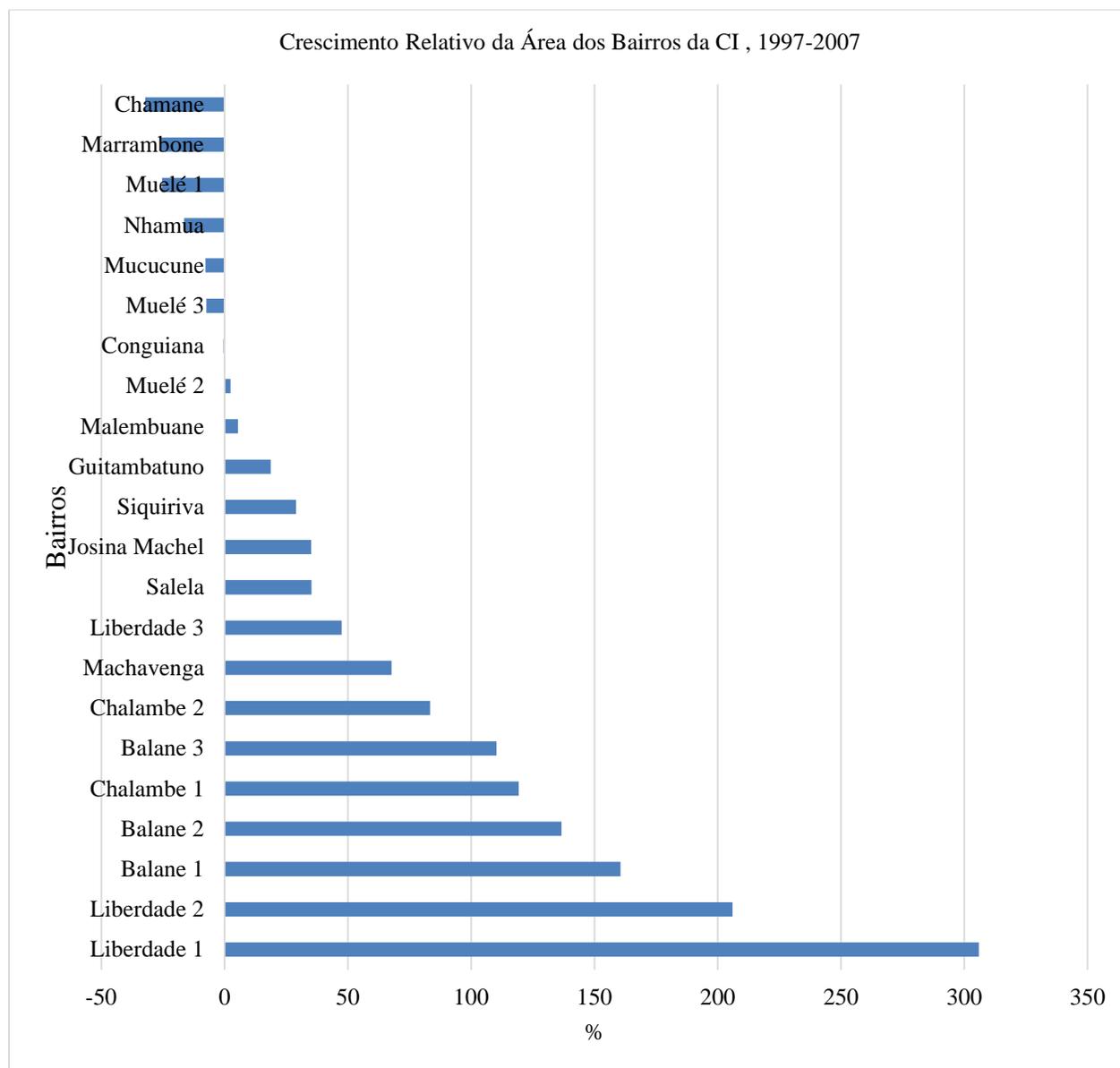
5.1.1.3. Análise do Crescimento da Malha Construída da CI (1997-2007)

Tabela 3: Crescimento da Malha Construída da CI (1997-2007)

Bairros	Área Ocupada em ha (1997)	Área Ocupada em ha (2007)	Crescimento Absoluto (ha)	Crescimento Relativo (%)
Balane 1	3,85	10,04	6,19	160,52
Balane 2	8,48	20,06	11,58	136,61
Balane 3	8,63	18,13	9,50	110,27
Chalambe 1	1,76	3,87	2,11	119,32
Chalambe 2	4,08	7,49	3,41	83,33
Liberdade 1	0,34	1,38	1,04	305,88
Liberdade 2	2,00	6,12	4,12	206,00
Liberdade 3	16,20	23,90	7,70	47,53
Muelé 1	141,43	105,63	-35,80	-25,32
Muelé 2	323,21	330,87	7,66	2,37
Muelé 3	291,79	270,00	-21,79	-7,47
Malembuane	618,41	651,74	33,33	5,39
Guitambatuno	596,02	707,69	111,67	18,73
Marrambone	281,23	208,88	-72,35	-25,73
Mucucune	18,16	16,75	-1,41	-7,77
Chamane	443,63	300,82	-142,81	-32,22
Salela	452,07	611,42	159,35	35,25
Josina Machel	987,25	1334,26	347,01	35,15
Machavenga	672,99	1128,73	455,74	67,71
Nhamua	301,23	251,77	-49,46	-16,42
Siquiriva	744,19	959,65	215,46	28,96
Conguiana	665,05	661,80	-3,25	-0,49
Total	6582	7641	1059	16,08

Elaborado pela autora

Gráfico 3: Crescimento Percentual dos Bairros da CI no Primeiro Período (1997-2007)



Elaborado pela autora

De 1997 a 2007, a área total da malha construída na CI aumentou de 6582 ha para 7641 ha, representando um crescimento absoluto de 1059 há e um incremento percentual de aproximadamente 16,08%.

Os bairros considerados urbanos tiveram um aumento significativo, com o aumento da malha construída em 139,80 ha, correspondendo a um percentual de crescimento de 521,64%. Este aumento substancial levou a uma expansão e densificação considerável das áreas urbanas,

devido ao desenvolvimento de infra-estruturas e aumento da população urbana. Semelhantemente, a área suburbana também registou um crescimento notável, com um acréscimo de 830,59 ha, o que equivale a um crescimento percentual de 40,49%. Este aumento indica uma expansão das áreas de transição entre os centros urbanos e as regiões rurais, caracterizada pelo desenvolvimento residencial e comercial de baixa densidade.

O crescimento na área peri-urbana/rural foi mais modesto, com um incremento de 78,61 ha, representando um crescimento percentual de 1,75%. Este crescimento menor em comparação com as áreas urbanas e suburbanas sugere uma menor pressão da expansão da malha construída nessas áreas, que permaneceu neste período mais voltadas para actividades agrícolas e espaços abertos.

O crescimento da CI entre 1997 e 2007 apresentou variações significativas entre seus bairros. Alguns bairros experimentaram um crescimento expressivo devido a factores económicos e turísticos, enquanto outros enfrentaram reduções em suas áreas construídas, muitas vezes em consequência de reclassificações de uso do solo e reestruturações urbanas.

Machavenga, Josina Machel e Siquiriva destacaram-se pelo significativo aumento em suas áreas construídas, impulsionados pelo factor turístico, pois estão próximas da Praia do Tofo, Tofinho e Praia da Rocha, que oferecem condições ideais para o turismo. A atractividade dessas praias estimulou investimentos privados, resultando na expansão e modernização das infra-estruturas desses bairros (DPCT, 2004).

Machavenga destacou-se como o bairro com o maior crescimento em termos absolutos e percentuais. A área construída no bairro aumentou em 455,74 ha, correspondendo a um notável crescimento de 67,73%.

Josina Machel também apresentou um crescimento significativo, com a área construída aumentando em 347,01 ha, resultando em um crescimento percentual de 35,15%.

Siquiriva registou um crescimento de 215,46 ha, com um aumento percentual de 28,96%. Este crescimento, embora menor em comparação com Machavenga e Josina Machel, ainda é significativo.

Em contraste, alguns bairros da CI apresentaram reduções em suas áreas construídas no mesmo período, atribuídas principalmente à reclassificação de uso do solo e reestruturações urbanas.

Chamane: Apresentou a maior redução, com uma diminuição de 142,81 ha, representando uma queda percentual de 32,19%. Essa significativa redução pode ser devido à reclassificação de grandes áreas anteriormente urbanizadas ou a reestruturações no planeamento urbano.

Marrambone e Nhamua também registaram reduções com 72,35 ha, o que equivale a uma diminuição percentual de 25,73% e 49,46 ha, correspondendo a 16,42%.

A diminuição na área construída desses bairros, conforme entrevista com o senhor Olímpio José Languane, Chefe do Serviço do Planeamento Urbano do CMCI, é explicada pelo deslocamento da população para os bairros de Machavenga e Josina Machel. Durante esse período, esses bairros receberam grandes investimentos económicos, especialmente no desenvolvimento do turismo, tornando-se áreas mais atraentes para residências e negócios. Esse movimento populacional contribuiu para a redução da malha construída em Marrambone, Chamane e Nhamua, ao mesmo tempo em que promoveu o crescimento da malha construída em Machavenga e Josina Machel.

5.1.1.4. Principais factores de Crescimento da Malha Construída na CI 1997-2007

A análise do crescimento da malha construída da CI entre 1997 e 2007 revela uma expansão significativa, especialmente nas áreas urbanas e suburbanas, enquanto as áreas peri-urbanas/rurais mostraram um crescimento mais modesto. O crescimento desigual dos bairros de Inhambane entre 1997 e 2007 ilustra as dinâmicas complexas do desenvolvimento urbano influenciado por factores económicos, sociais e ambientais. Enquanto alguns bairros se beneficiaram da proximidade com atracções turísticas e investimentos privados, outros passaram por processos de reclassificação e reestruturação que reduziram suas áreas construídas.

Em entrevista com o senhor Olímpio José Languane, ficou-se a saber que entre 1997 e 2007, o crescimento da malha construída nos bairros da CI foi influenciado por vários factores económicos, turísticos e urbanísticos.

- **Desenvolvimento Turístico:** A atractividade das praias próximas estimulou o investimento privado, impulsionando a construção de novas infra-estruturas e a modernização das existentes. Facto que atraiu novos moradores e empresas, contribuindo para o crescimento físico-urbano.
- **Investimentos Privados:** A chegada de capital privado para o desenvolvimento turístico e outras actividades económicas fomentou o crescimento de áreas urbanas próximas a pontos turísticos, melhorando a infra-estrutura e ampliando as áreas construídas.
- **Políticas Públicas:** promoção do Plano Estratégico do Desenvolvimento do Turismo 2004-2013 e Política Nacional do Turismo (1995-1999). Essas políticas visaram reorganizar o espaço urbano para atender novas demandas e projectos de infra-estrutura pública.

A aprovação da Política Nacional do Turismo e da Estratégia Nacional de Desenvolvimento do Turismo (1995-1999) por meio do Decreto nº 2/95 de 30 de Maio teve um impacto significativo no crescimento da malha edificada na faixa costeira da CI.

5.1.1.5. Crescimento Populacional 1997-2007 e Factores Influenciadores

Sendo o crescimento populacional um factor crucial para o crescimento de uma cidade (Kotkin, 2006), este factor foi propositalmente isolado para entender melhor seu impacto específico. Ao isolar o crescimento populacional, é possível analisar de forma mais precisa como o aumento do número de habitantes (hab) contribui para diversos aspectos do crescimento da malha construída, tais como: necessidade de infra-estrutura, desenvolvimento imobiliário e a dinâmica social da cidade. Portanto, compreender e gerir o crescimento populacional é crucial para planear e promover um crescimento da malha construída equilibrado e sustentável.

Entre 1997 e 2007, a CI experimentou um aumento significativo em sua população, passando de 52370 para 66887 hab, representando um aumento de 14517 hab, que corresponde a uma taxa de crescimento populacional de 27,72%, com uma taxa anual média de crescimento de 2,48%.

O aumento do crescimento populacional durante este período pode ser atribuído principalmente a dois factores: fluxos migratórios e a Taxa Global de Fecundidade (TGF). Estes são elementos essenciais que influenciam o crescimento natural da população. No entanto, a

avaliação precisa do peso de cada um desses factores no crescimento da cidade é desafiadora devido à ausência ou limitação de dados nos censos. Embora os dados sobre a TGF estejam disponíveis nos censos de 1997 e 2007, o último censo de 2017 não inclui essas informações.

Em 2007, a TGF em Inhambane decresceu, passando de 4,3 em 1997 para 3,7 em 2007. No entanto, este declínio ainda é considerável em comparação com os números globais. Observou-se que o número de filhos por mulher nas cidades moçambicanas permanece considerável, com excepção das cidades localizadas no sul do país, especialmente Maputo, Matola, Maxixe, Inhambane e Xai-Xai, onde a TGF está abaixo de quatro filhos por mulher entre 1997 e 2007.

5.1.1.6. Eixo do Crescimento da Malha Edificada da CI (1997-2007)

Durante o período entre 1997 e 2007, a observação dos bairros que registaram crescimento e decréscimo, juntamente com a análise dos mapas 3 e 4 revelam um padrão direccional específico no crescimento da CI. Esse padrão indica que o crescimento da malha construída estava especialmente concentrado na região Norte da cidade.

Com a observação directa e durante a entrevista com o Chefe do Serviço do Planeamento Urbano do CMCI, foram levantados os seguintes pontos para explicar os factores que originaram o fenómeno do crescimento concentrado na região Norte da CI:

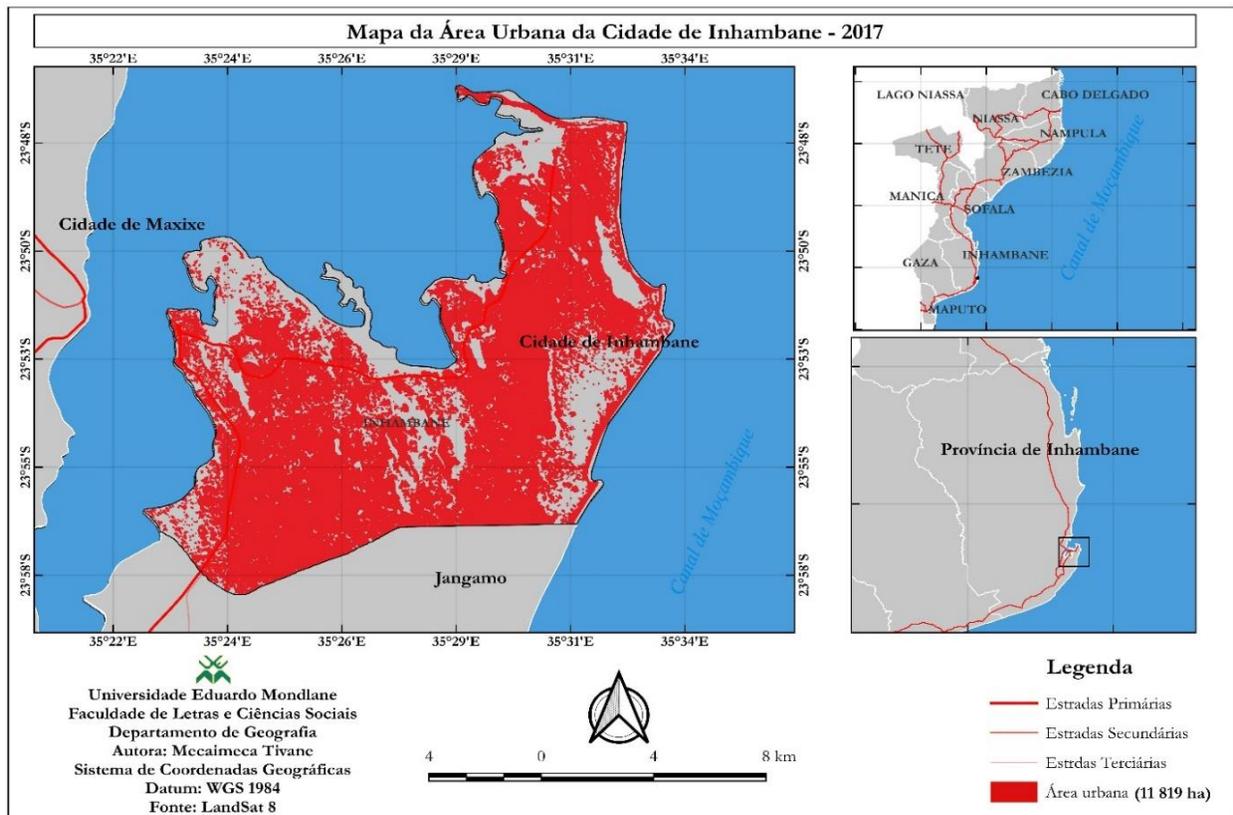
- i) Proximidade com Recursos Naturais e Atractivos Turísticos: Esta região CI é conhecida por sua proximidade com recursos naturais valiosos, como praias deslumbrantes, que são uma atracção significativa para turistas nacionais e estrangeiros. O desenvolvimento do turismo nessa região impulsionou o crescimento da malha construída, com a construção de infra-estruturas turísticas.
- ii) Acessibilidade e Conectividade: o Norte da CI beneficiou-se de uma melhor acessibilidade e conectividade com outras áreas da cidade e regiões adjacentes. Investimentos em infra-estruturas, como estradas e transporte público, facilitaram o acesso a essa parte da cidade, tornando-a mais atraente para residência e investimento.
- iii) Investimentos em Infra-estrutura e Serviços: Investimentos em infra-estrutura básica e serviços públicos nessa região, como abastecimento de água, electricidade,

saneamento e educação. Esses investimentos são essenciais para atrair novos residentes e garantir um ambiente propício para o crescimento da malha construída.

5.1.2. Segundo Período 2007 a 2017

Para este segundo período, são apresentadas as mudanças observadas comparando mapas de uso e cobertura do solo urbano entre 2007 e 2017. As diferenças encontradas nas classes de uso e cobertura são identificadas, quantificadas e explicadas. Este é um período marcadamente pacífico do ponto de vista político-militar, porém com intensificação dos efeitos das mudanças climáticas, sobretudo para uma cidade localizada no litoral e sujeita a eventos extremos como os ciclones. Neste período entre os factores determinantes na expansão física da cidade estão os ambientais.

Mapa 5: Mapa da Área Edificada da CI, 2017



Elaborado pela autora

Fonte: CENACARTA, 2024

Tabela 4: Classificação dos Bairros da CI e Área Ocupada 2017

Bairros	Urbano	Suburbano	Periurbano/Rural	Área Ocupada em ha
Balane 1	x			13,77
Balane 2	x			21,59
Balane 3	x			22,87
Chalambe 1	x			15,20
Chalambe 2	x			12,68
Liberdade 1	x			7,84
Liberdade 2	x			16,87
Liberdade 3		x		36,82
Muelé 1	x			177,54
Muelé 2		x		551,36
Muelé 3		x		453,03
Malembuane		x		979,09
Guitambatuno		x		946,77
Marrambone		x		513,70
Mucucune			x	34,54
Chamane			x	823,89
Salela			x	852,49
Josina Machel		x		1893,50
Machavenga			x	1533,93
Nhamua			x	296,93
Siquiriva			x	1098,65
Conguiana			x	1515,94
Total	8	7	7	11819

Fonte: Adaptado do CMCI, 2023

Em 2017, a CI possuía uma área total ocupada pela malha construída de 11819 ha. A área urbana era composta por 8 bairros, ocupando 288,36 ha, o que representa aproximadamente 2,44% da área total, a área urbana reflecte uma alta densidade populacional e de construção, indicativa de um centro urbano concentrado, com infra-estrutura e serviços concentrados em uma área relativamente pequena.

As áreas suburbanas, também compostas por 7 bairros, ocupavam 5374,27 ha, correspondendo a cerca de 45,46% da área total. Esta significativa ocupação reflecte uma zona de transição entre as áreas urbanas densamente construídas e as áreas rurais mais extensas, caracterizada por uma menor densidade populacional e uma combinação de residências, comércio e espaços abertos, como aconteceu no período anterior.

A maior parte da área total, cerca de 52,10%, era ocupada pelas áreas peri-urbanas/rurais, que abrangiam 6516,37 hectares distribuídos entre 8 bairros. Esta predominância de áreas periurbanas/rurais destaca um padrão de desenvolvimento onde a expansão física- urbana ainda não atingiu essas regiões, geralmente caracterizadas por actividades agrícolas, espaços verdes e uma menor densidade de construção.

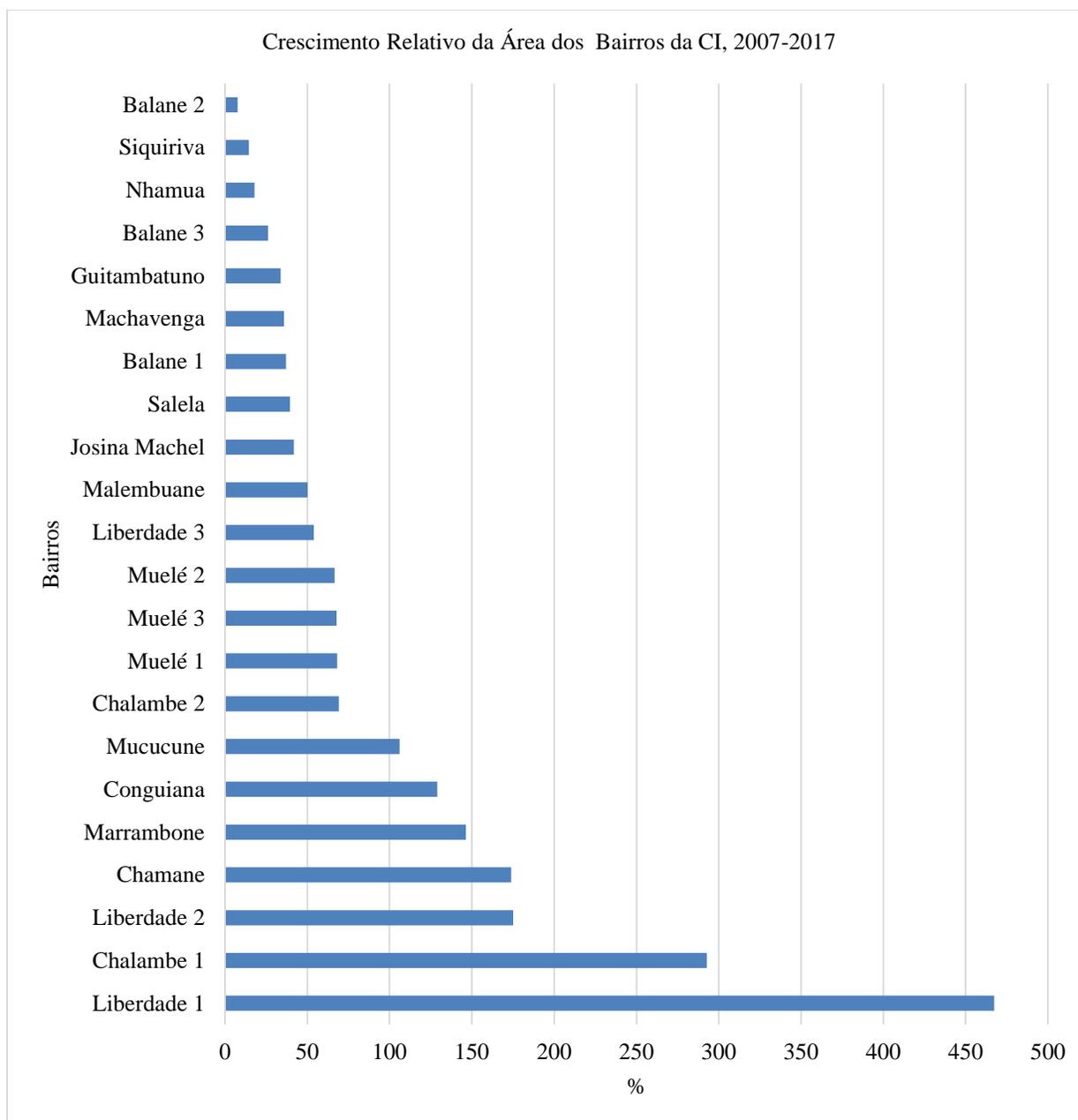
5.1.2.1. Análise do Crescimento da Malha Construída da CI (2007-2017)

Tabela 5: Crescimento da Malha Construída da CI (2007-2017)

Bairros	Área Ocupada em ha (2007)	Área Ocupada em ha (2017)	Crescimento Absoluto (ha)	Crescimento Relativo (%)
Balane 1	10,04	13,77	3,73	37,15
Balane 2	20,06	21,59	1,53	7,62
Balane 3	18,13	22,87	4,74	26,15
Chalambe 1	3,87	15,20	11,33	292,74
Chalambe 2	7,49	12,68	5,19	69,26
Liberdade 1	1,38	7,84	6,46	467,39
Liberdade 2	6,12	16,87	10,75	175,16
Liberdade 3	23,90	36,82	12,92	54,02
Muelé 1	105,63	177,54	71,91	68,12
Muelé 2	330,87	551,36	220,49	66,64
Muelé 3	270,00	453,03	183,03	67,79
Malembuane	651,74	979,09	327,35	50,22
Guitambatuno	707,69	946,77	239,08	33,77
Marrambone	208,88	513,70	304,82	146,44
Mucucune	16,75	34,54	17,79	106,14
Chamane	300,82	823,89	523,07	173,91
Salela	611,42	852,49	241,07	39,43
Josina Machel	1334,26	1893,50	559,24	41,91
Machavenga	1128,73	1533,93	405,20	35,89
Nhamua	251,77	296,93	45,16	17,93
Siquiriva	959,65	1098,65	139,00	14,48
Conguiana	661,80	1515,94	854,14	129,01
Total	7641	11819	4178	54,68

Elaborado pela autora

Gráfico 4: Crescimento Percentual dos Bairros da CI no Segundo Período (2007-2017)



Elaborado pela autora

No que se refere a extensão da malha construída, registou-se um aumento ainda mais substancial, passando de 7641 para 11819 ha. Representando um incremento de 4178 ha, correspondente a uma percentagem de 54,68%. Neste período, observou-se um aumento significativamente maior em relação à década anterior.

De 2007 a 2017, todos os bairros testemunharam um aumento em suas áreas construídas, mas destacam-se Guitambatuno, Conguiana e Josina Machel como os bairros com os maiores

incrementos absolutos, com um aumento significativo de 854,14 ha, 559,24 ha e 405,20 ha, respectivamente. Esses resultados indicam um período de desenvolvimento robusto e expansão urbana generalizada na CI durante esse intervalo de tempo. Contrariamente, os bairros com menor crescimento absoluto foram Balane 1, 2 e 3, com 3,73 ha, 1,53 ha e 4,74 ha, respectivamente.

Os bairros com maior crescimento relativo foram Liberdade 3 com 467,39%, Liberdade 1 com 292,74% e Muelé 1 com 175,16%. Em contraste, os bairros com menor crescimento relativo foram Balane 2 e 3, com 7,62% e 26,06%, respectivamente, e por fim Josina Machel com 35,59%.

5.1.2.2. Factores do crescimento da Malha construída 2007- 2017

a) Crescimento Populacional

Durante o período de 2007 a 2017, a CI passou por mudanças significativas em sua estrutura urbana, acompanhadas por um aumento significativo na população urbana. A população urbana nesse período também cresceu, passando de 66887 para 82119, com uma taxa de crescimento populacional de 22,78% e uma taxa anual de crescimento de 2,06%, que são menores em relação ao período anterior. Contudo, o incremento de cerca de 15232 hab indica uma demanda correspondente por habitações na CI.

Nesse período, o aumento da população urbana foi acompanhado por mudanças na distribuição dos bairros, reflectindo uma dinâmica de expansão urbana, onde observamos uma tendência de crescimento físico-urbano em detrimento das áreas peri-urbanas na CI. Situação que é evidenciada pelo aumento no número de bairros urbanos e pela redução no número de bairros peri-urbanos. A estabilidade na quantidade de bairros suburbanos indica que a expansão urbana concentrou-se principalmente na área central da cidade, enquanto as áreas suburbanas mantiveram sua distribuição. Essa dinâmica reflecte um processo de urbanização e concentração populacional no núcleo urbano da cidade pelo desenvolvimento de infra-estrutura na área central.

b) Migração

A intensidade do êxodo rural é justificada pelo maior número de imigrantes vindos de outros distritos para a CI, que é a capital da província de Inhambane e é considerada o lugar com as maiores oportunidades, conforme mencionado por Jenkins (2006), citado por Hansine e Arnaldo

(2019), onde ainda observa que a percepção de que a cidade oferece oportunidades para melhorar as condições económicas pode ter sido estabelecida durante o período colonial, quando grande parte da mão-de-obra barata necessária para sustentar a vida urbana provinha do campo.

Contudo, para demonstrar o peso da migração no crescimento da população e, consequentemente, no aumento da malha edificada na CI, observa-se os dados de 2007 e 2017. No ano de 2007, do total da população de 66887 hab, 19794² eram imigrantes e representavam 37,7% da população. Em contraste, em 2017, do total da população de 82119 hab, 21966³ hab eram imigrantes e representavam 26,74%. Esses números destacam a contribuição significativa da migração para o crescimento populacional ao longo desse período.

Nesses dois períodos, observa-se uma contribuição significativa da migração para o crescimento populacional. Dos 27418 hab provenientes dos distritos da Província de Inhambane, em 1997 e 2017, 11782 eram de outras províncias e 2560 de origem desconhecida. É importante ressaltar que, ao longo desses períodos, o distrito de Jangamo foi o principal contribuinte de imigrantes, o que pode ser explicado pela sua proximidade em relação a outros distritos.

Além disso, é relevante destacar que o número de imigrantes também diminuiu de 37,7% em 2007 para 26,74% em 2017. Essa redução pode indicar mudanças nos padrões de migração ao longo do tempo ou outras dinâmicas demográficas e socio-económicas na região.

5.1.2.3. Actuação do Estado com Agente Impulsionador do Crescimento da Malha Construída

O Estado através do FFH, que construiu 47 casas no Bairro Chamane em 2014⁴, conforme ilustrado na Figura 4.

² Dados do INE, 2007 Quado 60. Pop. por distrito de nascimento, seguindo distrito de residência em 2007 e sexo. Prov. de Inhambane.

³ Dados do INE, 2017 Quado 67. Pop por distrito de nascimento, seguindo distrito de residência em 2017 e sexo. Prov. de Inhambane.

⁴ Informação cedida pelo Delegado Provincial do FFH (Senhor José Tavares) em entrevista no dia 23 de Novembro de 2023.



Fig 1: Amostra das 47 Casas do FFH, no Bairro Chamane

Autora, Março 2024

Desta forma o FFH desempenhou durante este período um papel essencial no crescimento da malha construída da CI, influenciando directamente os padrões de desenvolvimento urbano por meio de financiamento, políticas e programas que visam garantir habitação aos residentes urbanos.

Em resposta sobre a questão de como o Fundo colabora com outras entidades governamentais e organizações da sociedade civil para garantir um desenvolvimento urbano sustentável em face do crescimento da malha construída? O senhor José Tavares respondeu da seguinte forma:

- Para a efectivação do projecto o FFH trabalha em estreita colaboração com autoridades municipais e órgãos de planeamento urbano para desenvolver estratégias integradas de

planeamento urbano. Isso inclui a coordenação de políticas de uso da terra, zoneamento, infra-estrutura e habitação para garantir um crescimento urbano ordenado e sustentável.

- O FFH durante a sua actuação tem promovido a participação da comunidade por meio de consultas públicas, reuniões comunitárias e engajamento directo com partes interessadas locais. O que permite que os residentes participem activamente do processo de tomada de decisões e influenciem o desenvolvimento de projectos habitacionais que atendam às suas necessidades e aspirações.
- Além disso, o FFH colabora com entidades governamentais para monitorar e avaliar o impacto das intervenções de desenvolvimento urbano, permitindo assim a identificação de áreas de sucesso, bem como desafios a serem abordados, para garantir que as estratégias adoptadas sejam eficazes e orientadas para resultados.

A dificuldade em adquirir terrenos emergiu como uma das principais barreiras que levaram à ausência de acções do FFH na CI desde 2014. De acordo com o delegado do FFH, os preços exorbitantes exigidos como compensação pelas benfeitorias tornaram a aquisição de terras economicamente inviável para o FFH, inviabilizando qualquer iniciativa na região desde então.

O delegado provincial do FFH, ainda destacou o desafio premente de promover um crescimento urbano mais ordenado e sustentável em face do crescimento desordenado. Este crescimento descontrolado tem resultado em problemas como densificação excessiva e escassez de espaços verdes, comprometendo a qualidade de vida dos residentes urbanos e a saúde do ambiente urbano como um todo.

Para além do FFH, neste período o Estado actua através do CMCI com a elaboração do Plano de Estrutura Urbana (2013-2023), que delineou directrizes estratégicas para o crescimento e a organização da cidade ao longo de uma década.

Esse Plano de Estrutura Urbana (2013-2023) teve um impacto significativo no crescimento da malha edificada da CI. Ao fornecer uma estrutura clara e estratégica para o crescimento físico-urbano, o plano facilitou a expansão ordenada da CI, melhorando a qualidade de vida dos residentes e promovendo um desenvolvimento sustentável. A coordenação de uso da terra, infra-estrutura, habitação e mobilidade contribuiu para um crescimento da malha construída de forma equilibrada, atendendo às necessidades actuais e futuras da população da CI (Olímpio Languane, CMCI, em entrevista, Novembro, 2023).

Além disso, o CMCI desempenhou um papel fundamental na concepção e execução de planos de pormenor em bairros específicos, como Malembuane, Guitambatuno e Muelé-2 (2016-2026), estabelecendo directrizes detalhadas para o crescimento da malha construída localizada e sustentável dessas áreas. E de acordo com o senhor Olímpio Languane, esses planos foram implementados a 20% devido à compensação das comunidades, ou seja, pelas benfeitorias realizadas pelas próprias comunidades.

5.1.2.4. O Eixo do Crescimento da Malha Construída da CI (2007-2017)

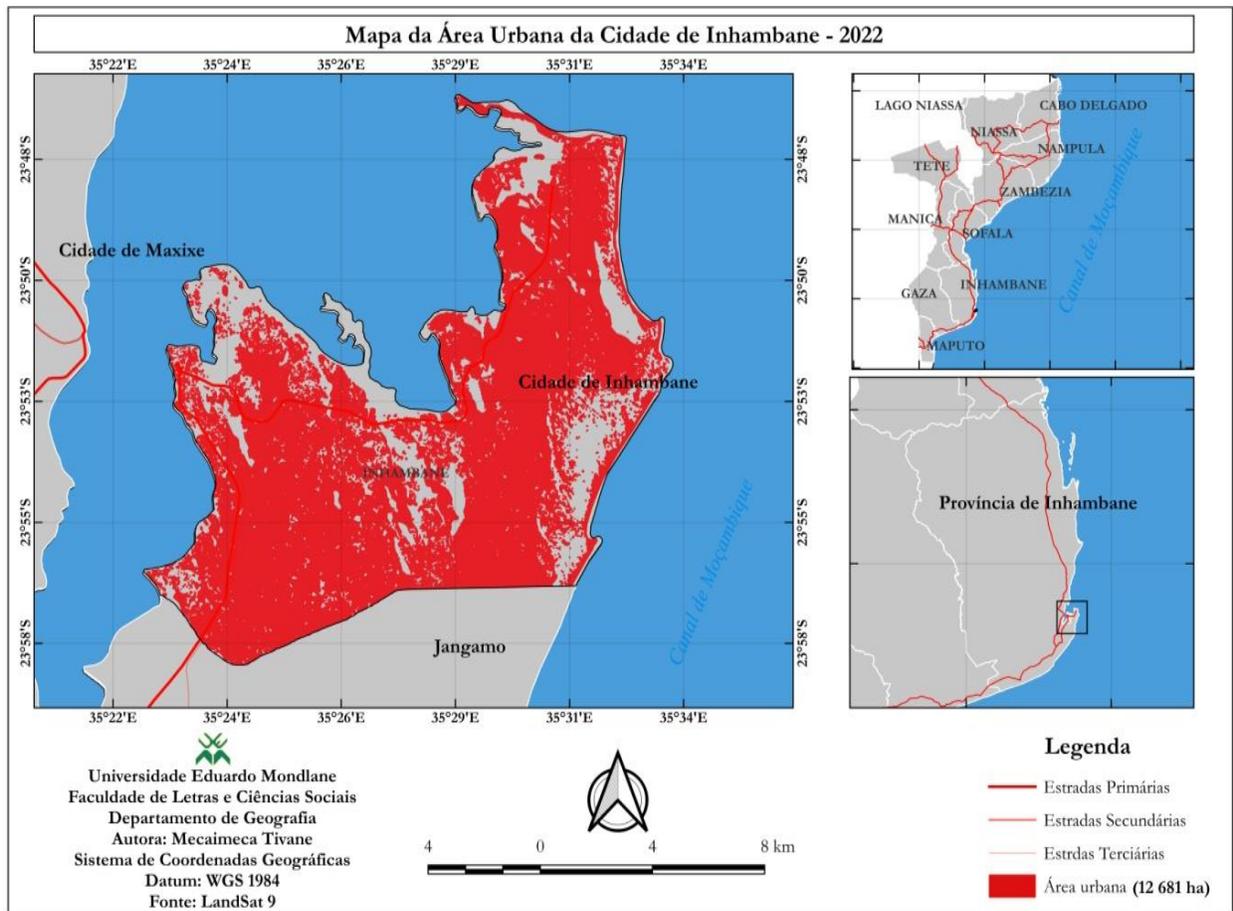
Durante o período analisado, o crescimento da malha edificada seguiu predominantemente no sentido Norte e Sul, com uma incidência maior no Norte. Essa tendência é evidenciada pelo facto de que dois dos três bairros com o maior crescimento estão localizados nessa região. No Norte, os factores impulsionadores desse crescimento foram os mesmos observados no período anterior, como atractivos naturais, acessibilidade, desenvolvimento imobiliário e investimentos em infra-estrutura.

Por outro lado, no Sul, o principal factor de crescimento foi a disponibilidade de terras. Essa disponibilidade proporcionou oportunidades para a expansão da física-urbana nessa direcção, levando ao crescimento da malha construída neste bairro. Essa diferenciação nos factores impulsionadores do crescimento entre o Norte e o Sul destaca a complexidade dos processos do crescimento da malha edificada e a influência de diversos factores geográficos, sociais e económicos na expansão física-urbana da CI.

5.1.3. Terceiro Período 2017 a 2022

Para o último período em análise, as mudanças observadas foram obtidas comparando o uso e cobertura do solo urbano na CI entre 2017 e 2022. Aqui há dinâmicas económicas urbanas num contexto de uma cidade Turísticas que aliados a factores ambientais num contexto de elevada vulnerabilidade aos fenómenos extremos climáticos que devem ser considerados.

Mapa 6: Mapa da Área Edificada da CI em 2022



Fonte: CENACARTA, 2024

Elaborado pela autora

Tabela 6: Classificação dos Bairros da CI e Área Ocupada 2022

Bairros	Urbano	Suburbano	Periurbano/Rural	Área Ocupada em ha
Balane 1	x			14,43
Balane 2	x			22,30
Balane 3	x			23,72
Chalambe 1	x			11,68
Chalambe 2	x			5,47
Liberdade 1	x			6,08
Liberdade 2	x			24,85

Bairros	Urbano	Suburbano	Periurbano/Rural	Área Ocupada em ha
Liberdade 3		x		39,82
Muelé 1	x			227,10
Muelé 2		x		600,60
Muelé 3		x		500,02
Malembuane		x		1211,37
Guitambatuno		x		1197,00
Marrambone		x		495,40
Mucucune			x	53,91
Chamane		x		865,56
Salela			x	874,39
Josina Machel		x		1933,37
Machavenga		x		1570,93
Nhamua			x	328,58
Siquiriva			x	1100,49
Conguiana			x	1575,93
Total	8	9	5	12681

Fonte: Adaptado do CMCI, 2023

Os dados da tabela revelam que, entre 2017 e 2022, houve uma expansão da área suburbana da cidade, com um aumento no número de bairros suburbanos comparativamente ao período anterior, passando para 9. Ao mesmo tempo, houve uma redução no número de bairros peri-urbanos, indicando um movimento da população dessas áreas para áreas urbanas e suburbanas. A estabilidade no número de bairros urbanos mostra que o aumento da malha construída ocorreu através do aumento da densidade populacional nos bairros urbanos existentes.

5.1.3.1. Análise do Crescimento da Malha Construída da CI (2017-2022)

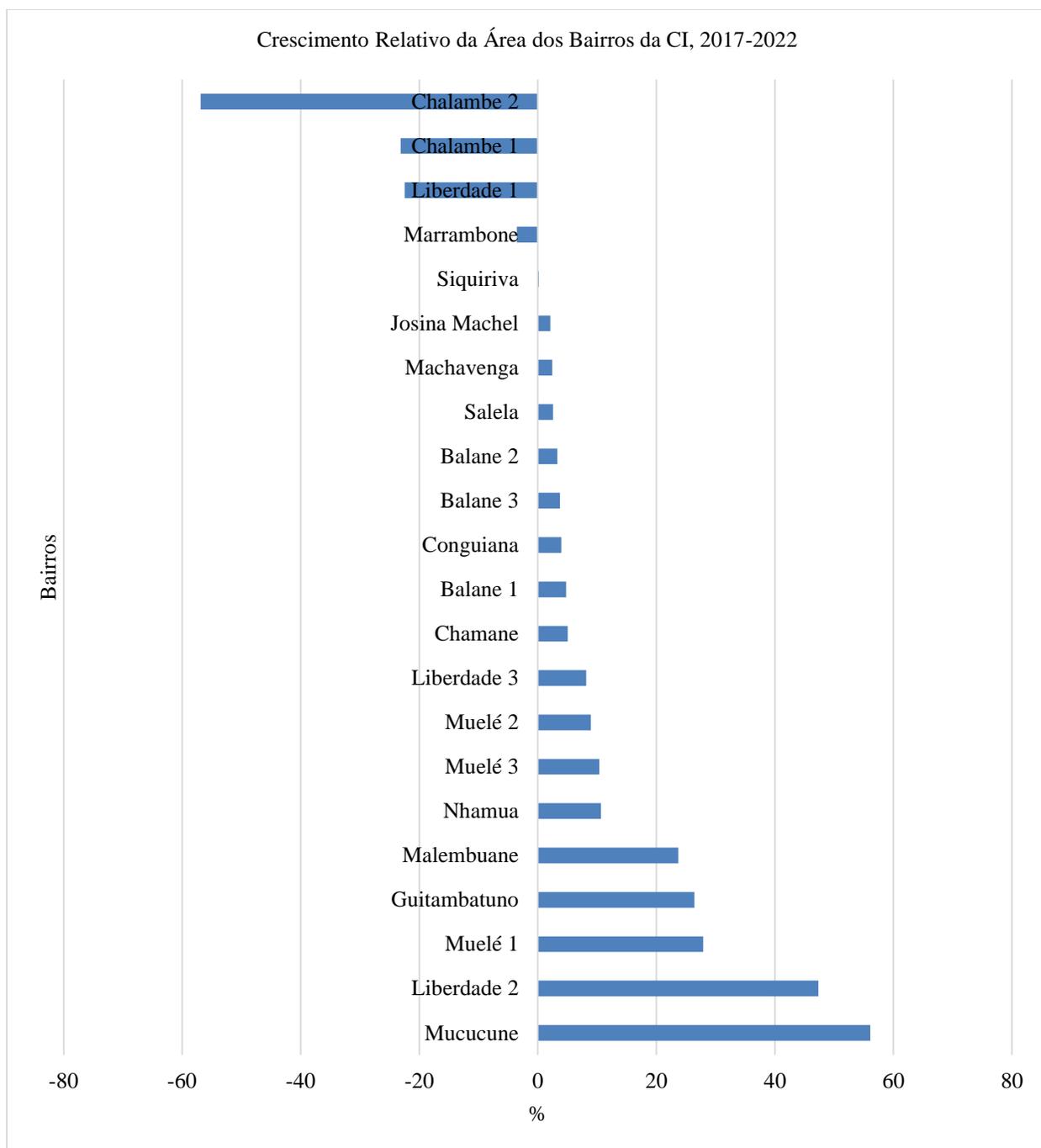
Tabela 7: Crescimento da Malha Construída da CI (2017-2022)

Bairros	Área Ocupada em ha (2017)	Área Ocupada em ha (2022)	Crescimento Absoluto (ha)	Crescimento Relativo (%)
Balane 1	13,77	14,43	0,66	4,79
Balane 2	21,59	22,30	0,71	3,29
Balane 3	22,87	23,72	0,85	3,72
Chalambe 1	15,20	11,68	-3,52	-23,16
Chalambe 2	12,68	5,47	-7,21	-56,87

Bairros	Área Ocupada em ha (2017)	Área Ocupada em ha (2022)	Crescimento Absoluto (ha)	Crescimento Relativo (%)
Liberdade 1	7,84	6,08	-1,76	-22,45
Liberdade 2	16,87	24,85	7,98	47,31
Liberdade 3	36,82	39,82	3,00	8,14
Muelé 1	177,54	227,10	49,56	27,92
Muelé 2	551,36	600,60	49,24	8,93
Muelé 3	453,03	500,02	46,99	10,37
Malembuane	979,09	1211,37	232,28	23,72
Guitambatuno	946,77	1197,00	250,23	26,43
Marrambone	513,70	495,40	-18,30	-3,56
Mucucune	34,54	53,91	19,37	56,09
Chamane	823,89	865,56	41,67	5,06
Salela	852,49	874,39	21,90	2,57
Josina Machel	1893,50	1933,37	39,87	2,11
Machavenga	1533,93	1570,93	37,00	2,41
Nhamua	296,93	328,58	31,65	10,66
Siquiriva	1098,65	1100,49	1,84	0,17
Conguiana	1515,94	1575,93	59,99	3,96
Total	11819	12681	862	7,29

Elaborado pela autora

Gráfico 5: Crescimento Relativo dos Bairros da CI no Terceiro Período (2017-2022)



Elaborado pela autora

Neste último período, houve um aumento adicional de 11819 para 12681 hectares, representando um acréscimo de 862 ha, o que representa um aumento de 7,29%, durante esse período de 5 anos. Esse aumento é significativo porque se aproxima do crescimento total observado no primeiro período de 10 anos, que foi de 1059ha. Isso sugere que, apesar de ser um período de tempo mais curto, o ritmo de crescimento da malha construída nos últimos 5 anos foi

comparável ao observado ao longo de um período de tempo mais longo (10 anos), de 1997-2007. Situação que indica uma intensificação no crescimento da malha construída.

O período de 2017 a 2022 mostra um crescimento significativo e diversificado dos bairros na CI. Alguns bairros, como o Guitambatuno e Malembuane e Conguiana, tiveram um grande aumento em área, com 250,23 ha, 232,28 ha e 59,99 ha, respectivamente, reflectindo um forte crescimento da malha construída da CI.

Em contraste, Marrambone, e Chalambe 1 e 2, experimentaram uma redução na área construída, na ordem de -18,30 ha, -3,52 ha e -7,21 ha respectivamente, devido as frequentes inundações que ocorrem em todos os bairros e o bairro Chalambe 1, acrescenta-se ao factor de reassentamento acima descrito.

Os bairros com maior crescimento relativo no período de 2017 a 2022 foram Mucucune, com um aumento de 56,09%, Liberdade 2, com 47,31%, e Guitambatuno, com 27,92%.

5.1.3.2. Factores do crescimento da Malha construída 2017- 2022

a) Crescimento Populacional

No período de 2017 a 2022, a população da CI cresceu 16,44%, com um aumento de 13.501 habitantes. Este crescimento corresponde a uma taxa anual de 3,10%, a mais elevada em comparação com os períodos anteriores. Essa situação sugere que a população da CI continuará a crescer, influenciada por diversos factores.

Este rápido crescimento populacional tem impulsionado uma expansão significativa da malha construída. Os aumentos substanciais na área edificada, tanto em termos absolutos quanto relativos, são particularmente notáveis nos bairros localizados no Sul da cidade. Esse crescimento destaca a necessidade de um planeamento urbano estratégico para acomodar o aumento da população e garantir a sustentabilidade e a qualidade de vida na cidade de Inhambane.

b) Empresas de Construção Civil e Incorporadoras Imobiliárias

Durante o período de 2017 a 2022, a CI testemunhou um aumento ainda maior no número de agentes envolvidos na produção do espaço urbano em comparação ao período anterior. Nos últimos anos, tem havido um aumento substancial no número de empreendimentos imobiliários,

especialmente na construção de edifícios comerciais e de serviços. Esses novos empreendimentos têm desempenhado um papel crucial no crescimento da malha construída da cidade.

Essa situação resultou em um período de rápido crescimento para a cidade, com um aumento significativo nos investimentos em infra-estrutura. O aumento do número de empreendimentos imobiliários comerciais e de serviços indica uma economia em expansão e uma demanda crescente por espaços urbanos para acomodar negócios e serviços.

Esse crescimento na construção de edifícios comerciais e de serviços também pode relacionado a mudanças nas tendências económicas, como o aumento do sector de serviços e a diversificação das atividades económicas da CI. Além disso, o crescimento da população urbana e a migração para áreas urbanas podem estar impulsionando a demanda por novos empreendimentos comerciais e de serviços.

No entanto, é importante considerar os impactos desse rápido crescimento na cidade, como o aumento do tráfego, a pressão sobre os recursos naturais e a infra-estrutura existente, bem como questões relacionadas à sustentabilidade e qualidade de vida urbana. Portanto, um planeamento urbano estratégico e sustentável é essencial para garantir que o crescimento da cidade seja gerido de forma eficaz e que os benefícios sejam equitativamente distribuídos entre todos os seus habitantes.

5.1.3.3. Eixo de Crescimento da Malha Construída da CI (2017 – 2022)

Durante o período mencionado, o crescimento da CI continuou a ocorrer predominantemente no sentido Norte e Sul, com uma incidência maior de crescimento na região Sul. Dois dos três bairros com maior crescimento estão localizados nessa região, o que indica um aumento significativo na área da malha construída no Sul da cidade. Os factores que impulsionaram esse crescimento nessas áreas foram semelhantes aos observados no período anterior.

No Norte da cidade, o atractivo natural para a prática do turismo continuou a ser um factor importante para o crescimento. As características geográficas e naturais, como praias,

paisagens deslumbrantes ou pontos turísticos específicos, contribuíram para o desenvolvimento de novos empreendimentos turísticos e a expansão da infra-estrutura relacionada ao turismo.

Por outro lado, no Sul, a disponibilidade de terras e outras oportunidades de desenvolvimento foram os principais impulsionadores do crescimento. Um factor específico que estimulou a expansão urbana nessa região foi o reassentamento da população de Chalambe 1 no bairro Gitambatuno, devido à requalificação do local com a construção da Praça do Metical pelo BM (Banco Mundial). Esse projecto de requalificação tem criado um ambiente propício para o crescimento físico- urbano, estimulando investimentos em edificações na área.



Fig 2: Zona de Reassentamento (Gitambatuno)

Fonte: GoogleEarth, 2024

6. A DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

6.1. Turismo

Durante o estudo, o turismo desempenhou um papel significativo como impulsionador do crescimento da malha construída na CI. A atracção de turistas para a região não apenas estimulou o desenvolvimento de infra-estrutura turística, mas também incentivou investimentos em diversos sectores relacionados, como hospedagem, alimentação, entretenimento e comércio.

O turismo foi impulsionado pela riqueza natural, patrimonial e cultural da região, atractivos como praias, contribuiu para o crescimento da malha construída na CI. Esta actividade garantiu que o investimento privado, incentivado pela atractividade turística, resultasse em um crescimento substancial de bairros como Machavenga, Josina Machel e Conguiana.

A CI apresenta condições propícias para o desenvolvimento do turismo e é reconhecida como um dos melhores destinos turísticos do país. Essa característica favorável facilitou o crescimento da indústria do turismo, levando à construção de novas infra-estruturas urbanas, tais como estâncias turísticas e espaços de entretenimento. Esses empreendimentos contribuíram significativamente para a expansão da malha urbana da cidade.

Tabela 8: Análise do Número de Estabelecimentos Turísticos entre 1997 a 2022

Ano	1997	2007	2017	2022
Número	73	100	189	118

Fonte: DPCTI, 2024

Destes números nota-se que o turismo tem desempenhado um papel crucial no crescimento da malha construída na CI, pois impulsiona o desenvolvimento da infra-estrutura turística, o mercado imobiliário e a criação de empregos. Isso reflecte-se na construção de hotéis, estâncias, restaurantes e outras instalações para atender às necessidades dos turistas.

As imagens de satélite a seguir demonstram claramente a influência do turismo na

expansão da malha construída na praia do Tofo. A análise dessas imagens, comparadas ao longo do tempo, revela como o crescimento do turismo impulsionou o crescimento da malha construída na região.

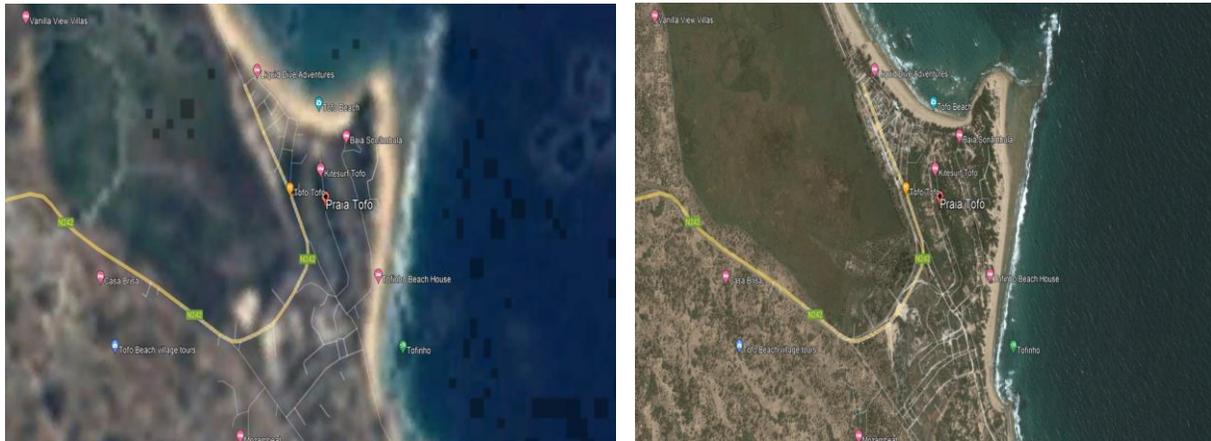


Fig. 3 e 4: Praia do Tofo 1997 e 2007.

Fonte: GoogleEarth, 2024

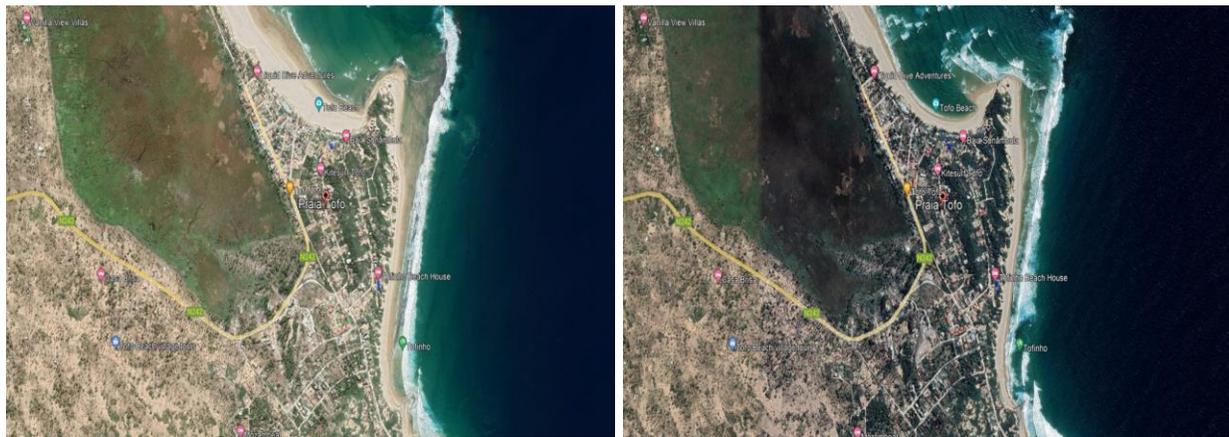


Fig. 5 e 6: Praia do Tofo 2017 e 2022

Fonte: GoogleEarth, 2024

Entre 1997 e 2017, observou-se um crescimento contínuo e acentuado das estâncias turísticas na CI, especialmente notável entre 2007 e 2017.

O sector turístico na Cidade de Inhambane enfrentou uma queda significativa no número de estâncias turísticas no período 2017-2022. Alfredo Américo Huo, técnico DPCT, atribui essa situação a dois eventos críticos: a passagem do ciclone DINEO e a pandemia de COVID-19.

Ambos os eventos tiveram impactos devastadores nas infra-estruturas turísticas e na capacidade de recuperação do sector.

Alfredo Américo Huo ressaltou que o ciclone DINEO, que atingiu a região em 2017, teve um impacto devastador sobre as infra-estruturas turísticas. O ciclone danificou seriamente hotéis, pousadas e outras instalações turísticas. A destruição dessas infra-estruturas resultou em uma redução imediata da capacidade de acomodação e na perda de receitas significativas para os proprietários. A recuperação das instalações danificadas foi lenta devido aos altos custos de reconstrução e à complexidade logística envolvida.

Huo destacou que muitos proprietários de estabelecimentos turísticos enfrentaram dificuldades financeiras para reconstruir suas instalações após o ciclone. A falta de seguro adequado contra desastres naturais agravou a situação, limitando a capacidade de resposta e recuperação dos proprietários. O processo de reconstrução foi, portanto, prolongado e oneroso, afectando negativamente a capacidade de oferta do sector turístico.

O entrevistado sublinhou que a pandemia de COVID-19 introduziu um novo conjunto de desafios ao sector turístico. As medidas de confinamento e restrições de viagens impostas para conter a propagação do vírus resultaram em uma queda drástica no número de turistas. Isso causou uma redução significativa na receita das estâncias turísticas, muitas das quais ainda estavam em processo de recuperação dos danos causados pelo ciclone DINEO.

6.2. Disponibilidade do Solo

Disponibilidade do solo também desempenhou um papel significativo no aumento da malha construída da CI.

Primeiramente é importante entender toda a dinâmica que envolve o solo urbano em Moçambique. O solo urbano no país começou a ser valorizado após o fim da guerra civil em 1992 e a abertura da economia para o mercado em 1994, como apontado por Negrão (2004). Esse contexto resultou em uma intensa migração da população rural para as áreas urbanas, levando à expansão dos bairros periféricos.

O aumento da demanda por espaço urbano foi motivado pelo acelerado crescimento da população urbana que desencadeou um fervoroso mercado informal de terras na periferia,

especialmente durante os anos 2000 (Akiyama, 2008, conforme citado por Maloa, 2021). Esse fenómeno foi impulsionado pela escassez de disponibilidade de solo no centro urbano e pelo aumento dos preços dos aluguéis (Jenkins, 2001, conforme citado por Negrão, 2004).

Em Moçambique, a terra é considerada propriedade do Estado, o que impede sua venda, alienação, hipoteca ou penhora. Apesar dessa restrição legal, existe um mercado informal de terras onde transacções ocorrem fora dos canais formais. Este mercado envolve diversos actores, incluindo elites ligadas ao poder político e social, e tem impactos significativos no desenvolvimento urbano e no funcionamento do mercado imobiliário do país (Mandamule, 2017).

Importa referenciar que esta informalidade tornou-se uma consequência do aumento populacional, e as migrações desempenham um papel significativo nessa dinâmica. Nesta pesquisa, a informalidade deve ser analisada sob duas perspectivas distintas. A primeira, como apresentada por Maloa (2019), sugere que o aumento da população tem levado a uma crescente demanda por terra urbana em Moçambique. As deficiências no processo de atribuição do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) abriram espaço para o surgimento de um mercado informal de terras, beneficiando aqueles com poder aquisitivo em detrimento dos que não têm.

Maloa (2019) identifica várias razões para a existência desse mercado informal: alta demanda por terra devido ao crescimento populacional e urbanização rápida; escassez de terra legalmente disponível para desenvolvimento urbano; processo legal complexo e demorado para obtenção de terra formal; falta de fiscalização e aplicação das leis; e desigualdade socio-económicas que incentivam o uso do mercado informal para obter vantagens financeiras. No entanto, o mercado informal também apresenta riscos como falta de segurança jurídica, disputas de terra e evasão fiscal. A regularização eficaz da terra é fundamental para garantir acesso justo e equitativo à terra para todos os cidadãos.

Por outro lado, esse mercado tem possibilitado a criação de uma nova paisagem urbana nas zonas periféricas, através da construção de residenciais feitos de materiais convencionais (Maloa, 2021).

No entanto, essas transformações não estão efectivamente alterando a estrutura dual da urbanização em Moçambique (Maloa, 2019), um aspecto que foi detalhado pelo Professor Catedrático e Geógrafo renomado em Moçambique e no mundo ao destacar:

[...] não eliminaram a dualidade económica, social e de organização territorial, pois a principal alteração foi apenas demográfica, com as consequências daí decorrentes. A “cidade de cimento” mantém-se com as mesmas características, mas mais degradada em termos de infra-estruturas e serviços. Ela apenas deixou de ser “branca”, mas não deixou de segregar a área suburbana [a “cidade de caniço”]. Esta, por seu lado, manteve, e até agudizou, as características de precariedade e de espaço excluído, mas, ao mesmo tempo, adquiriu outras facetas resultantes do impacto dos fluxos migratórios que mais adiante se apresentarão. (Araújo, 2003: 170).

A disponibilidade de solo foi um factor crucial para o crescimento da CI, facilitando a construção de vários projectos. Além de promover o crescimento da malha construída, a disponibilidade de solo também facilitou a revitalização de áreas subutilizadas ou degradadas dentro da cidade. Terrenos que antes estavam abandonados ou mal aproveitados foram transformados em projectos modernos e dinâmicos, contribuindo para a requalificação urbana e a melhoria do ambiente construído, sobretudo no último período (2017-2022).

Esse agente de produção do espaço, também teve um impacto significativo na valorização imobiliária. Com a expansão da malha construída e o desenvolvimento de novas áreas, houve uma valorização dos terrenos e propriedades adjacentes. A abundância de terrenos disponíveis permitiu que a CI se expandisse horizontalmente, com áreas extensas ainda não ocupadas.

6.3. Empreendedores Privados e Proprietários de Terrenos

A actuação dos empreendedores privados e proprietários de terrenos teve um impacto significativo no crescimento da CI ao longo dos períodos analisados. Esses agentes foram essenciais na mobilização de recursos, na identificação de oportunidades e na facilitação do crescimento da malha construída.

6.3.1. Os empreendedores Privados

Os empreendedores privados destacaram-se pela capacidade de identificar oportunidades de desenvolvimento e trazer inovação para o espaço urbano. Esses projectos atenderam à demanda crescente por novas habitações e espaços comerciais, contribuindo para a dinamização económica local.

O crescimento da malha construída na CI foi principalmente impulsionado pela iniciativa privada, onde os moradores e proprietários de terra desempenham um papel central. Os operadores comerciais e outros investidores não têm liderado a criação de infra-estruturas comerciais ou industriais significativas que sirvam como polos de desenvolvimento. Em vez disso, as infra-estruturas comerciais são instaladas após a construção de residências pela população local. Os proprietários de terra, que frequentemente transferem suas propriedades por venda de benfeitorias, perpetuam um mercado informal de terras. Esse cenário sugere que o crescimento da malha edificada na CI ocorre de forma mais orgânica, com os moradores construindo habitações primeiro e posteriormente sendo seguidos pela instalação de infra-estrutura comercial para atender às necessidades locais.

Na CI, a presença de grandes estabelecimentos comerciais, como supermercados instalados em infra-estruturas antigas da era colonial, sugere que os grandes empreendedores não exercem uma influência significativa na produção do espaço urbano e no seu crescimento. Em contraste, nas periferias da cidade, é comum observar o sistema de auto-construção, onde os cidadãos utilizam seus próprios recursos para construir habitações. Apesar disso, os pequenos e médios empreendedores privados desempenham um papel crucial na configuração do tecido urbano e na expansão da área construída. Eles contribuem significativamente através da construção de imóveis comerciais, centros de lazer e estabelecimentos de hospedagem, como ilustrado nas Figuras 3 e 4, influenciando directamente o desenvolvimento urbano da cidade.



Fig. 7 e 8: Estabelecimento para acomodações e Lazer.

Autora, Março 2024

Essa dinâmica evidencia uma realidade onde a comunidade local desempenha um papel fundamental na configuração do espaço urbano. A ausência de grandes investidores sugere esse crescimento da malha construída da CI, impulsionados principalmente pelos esforços e iniciativas individuais dos cidadãos.

A prática da auto-construção habitacional demonstra uma abordagem de crescimento físico-urbano participativo, onde os próprios residentes assumem a responsabilidade pelo crescimento e melhoramento de suas comunidades (Lara, 2010). Essa prática da auto-construção na CI é exemplar na criação de habitações que empregam uma combinação harmoniosa de materiais convencionais, recursos locais e soluções mistas, como evidenciado nas figuras 5, 6 e 7. Esta abordagem integrada não apenas reflecte as condições ambientais e culturais da região, mas também destaca a criatividade e a adaptabilidade das comunidades locais na construção de suas moradias.



Fig. 9 e 10 e 11: Tipo de residência resultado da auto-construção na CI.

Em conjunto, essas figuras demonstram a riqueza e a diversidade de materiais e técnicas empregadas na autoconstrução na CI. Portanto, a situação na CI destaca a natureza descentralizada e comunitária do crescimento urbano, no qual os cidadãos desempenham um papel activo na formação e transformação do espaço urbano, mesmo na ausência de grandes empreendedores. Essa dinâmica tem sido evidenciada como um catalisador significativo para a transformação do ambiente urbano em Moçambique, conforme observado por Maloa (2021):

O grande fluxo de transformações que ocorrem na paisagem das periferias urbanas é causado por autoconstruções habitacionais, estimulado por pequenas quantias que os moradores trabalhadores e desempregados têm para construir uma habitação de cimento ou transformar as “casas de caniço”, em “casa de cimento”. Essa transformação não contribui para a criação de um mercado imobiliário, ao contrário da construção de condomínios que depende dos fluxos de capitais estrangeiros e tem criado grande impacto nas transformações intensivas das paisagens das periferias moçambicanas (Maloa, 2021: 158-159).

6.3.2. Proprietários de Terrenos

Primeiramente sobre esse aspecto é importante frisar que em Moçambique, a figura da propriedade privada da terra não existe, mas a comunidade local tem acesso à terra por meio do DUAT. Esse direito é adquirido de várias maneiras: (i) por alocação directa do Estado em resposta a solicitação explícita e aprovação do respectivo plano de exploração; (ii) por alocação no âmbito dos sistemas de direitos costumeiros; (iii) pela simples ocupação, individual ou colectiva, desde que seja de boa-fé; (iv) e, indirectamente, através da transmissão de benfeitorias existentes na parcela, geralmente por meio oneroso, ou seja, via mercado informal de terras⁵, o que, nas zonas urbanas, implica a transmissão automática dos direitos de uso e aproveitamento de toda a parcela (Negrão, 2004).

Assim sendo esse agente para o presente estudo será considerado como os detentores de DUAT e ocupantes de boa-fé.

⁵ Mercado informal onde transações de compra e venda de terrenos ocorrem fora dos canais formais e legais, envolvendo nas transações diferentes actores a diferentes níveis da hierarquia social, inclusive entre as elites que integram os sistemas do poder (Mandamule, 2017).

Conforme Baía (2001), nas áreas urbanas moçambicanas, mesmo com os obstáculos apresentados pelas estruturas municipais em relação às transferências privadas de terra, a compra e o aluguel de terrenos representam as principais formas de aquisição de solo urbano, juntamente com o acesso por herança.

A existência de um mercado ilícito de terras urbanas pode acarretar várias consequências negativas para uma cidade e sua população, incluindo desigualdade social, insegurança jurídica, expansão urbana desordenada, falta de infra-estrutura e serviços básicos, perda de receitas públicas e degradação ambiental. Essas repercussões comprometem o desenvolvimento urbano sustentável, a justiça social e a qualidade de vida dos habitantes urbanos (Almeida, 2006). Na CI, os detentores de DUAT e ocupantes de boa-fé desempenharam um papel crucial no crescimento da malha construída da cidade, facilitando a disponibilidade de terrenos, o que impactou directamente no crescimento da malha construída.

A especulação de terrenos também foi uma prática comum entre esses agentes, através da retenção de terrenos na expectativa de uma valorização futura.

6.4.Crescimento da CI

O crescimento da CI ocorreu em diferentes fases, consolidando áreas já habitadas e expandindo para novas regiões. A migração rural-urbana após o fim da guerra civil foi um factor fundamental para o início do crescimento da CI, pois muitas pessoas buscaram melhores oportunidades económicas, emprego e acesso a serviços básicos, como educação e saúde, contribuindo para o aumento da população urbana e a expansão física da cidade.

Nesta primeira fase o crescimento populacional foi um dos principais impulsionadores do crescimento da malha construída. Aumento das taxas de natalidade, migração e mudanças nas condições económicas, políticas e sociais tornaram a CI um destino atraente. O que resultou numa demanda crescente por habitação, infra-estrutura, serviços e empregos, resultando em novos bairros, expansão de infra-estrutura urbana, construção de moradias, áreas comerciais.

Com o passar dos anos, a evolução do desenvolvimento urbano e do turismo teve impactos significativos na configuração das cidades e no crescimento das áreas urbanas. Ao

longo do período de estudo, podemos observar uma transição importante no que se refere aos factores que impulsionam esse crescimento.

Durante o primeiro período de estudo (1997-2007), o turismo desempenhou um papel crucial no crescimento urbano. Esse período foi marcado por um aumento substancial no número de turistas, o que estimulou o desenvolvimento de infra-estruturas turísticas, como hotéis, restaurantes e zonas de lazer, além da valorização de áreas específicas devido ao seu potencial para atrair visitantes. O turismo, por sua natureza, atrai investimentos em áreas que têm valor histórico, cultural ou natural, resultando na expansão de áreas urbanas ao redor de zonas turísticas, o que contribuiu directamente para a valorização imobiliária e a construção de novos empreendimentos. A pressão do turismo sobre as infra-estruturas locais também impulsionou a melhoria de transportes e serviços urbanos, criando um ciclo de crescimento urbano alimentado por esse sector.

No segundo período (2007-2017), o foco passou a ser o crescimento da malha urbana em termos de expansão física, com maior ênfase na construção de novos espaços residenciais e comerciais. Nessa fase, o processo de crescimento da malha edificada ganhou força devido a um aumento da demanda por habitação e áreas para empresas. Nesse cenário, o turismo ainda manteve sua importância, mas a disponibilidade de solo urbano passou a ser um factor mais relevante, pois a CI começou a expandir-se para áreas antes menos desenvolvidas, dando origem a transformação dos bairros periurbanos para suburbanos, especialmente em bairros peri-urbanos como Malembuane e Guitambatuno, que começaram a adquirir características urbanas. No entanto, a proposta de requalificação desses bairros ainda aguarda aprovação pela Assembleia Municipal.

A pressão pela disponibilidade de terreno para construção também veio de factores como o aumento populacional e o processo de internalização da urbanização, com a necessidade de novos espaços para atender a uma sociedade em crescimento. A urbanização se estendeu para além dos centros urbanos, levando à ocupação de áreas mais afastadas, o que exigiu novos investimentos em infra-estruturas de transporte e serviços para integrar essas áreas ao tecido urbano existente.

No último período de estudo (2017-2022), observou-se uma mudança no principal factor de crescimento da CI. A disponibilidade de solo urbano tornou-se o factor dominante, pois a

urbanização já havia alcançado grande parte das áreas centrais e o uso do solo passou a ser mais competitivo.

Além disso, as mudanças no mercado imobiliário, com a construção de edifícios modernos em terrenos disponíveis e a requalificação de áreas antes subutilizadas, desempenharam um papel importante nesse crescimento. Esse processo foi intensificado pela melhoria das infra-estruturas de transporte e conectividade, o que permitiu que as novas áreas de expansão estivessem razoavelmente integradas ao restante da cidade. Isso facilitou o deslocamento e o acesso a serviços, tornando as novas zonas urbanas mais acessíveis e sustentáveis.

Portanto, a partir de 2017, o crescimento das cidades deixou de ser predominantemente impulsionado pelo turismo, com o foco voltando-se mais para a utilização de áreas de solo urbano disponíveis para atender à crescente demanda de espaços residenciais e comerciais. O desafio passou a ser garantir o planejamento e a sustentabilidade desse crescimento, evitando a urbanização descontrolada e preservando áreas de valor ambiental e social.

O rápido crescimento da malha construída do CI sobretudo período compreendido entre 2017 a 2022 foi impulsionado por um aumento no número de agentes de produção do espaço urbano e investimentos em infra-estrutura, com novos empreendimentos imobiliários expandindo a malha construída e melhorando a paisagem urbana, atraindo novos investimentos e impulsionando o crescimento económico e social. A ascensão das incorporadoras imobiliárias traz oportunidades e desafios, como a necessidade de planejamento urbano adequado, práticas de construção sustentáveis, inclusão de habitação acessível, preservação do património cultural e envolvimento da comunidade nas decisões de planejamento.

Os empreendedores privados e proprietários de terrenos foram agentes fundamentais no crescimento da CI, facilitando a expansão da malha construída, revitalização de áreas degradadas e diversificação económica.

Do ponto de vista dos actores privados, os ocupantes de boa-fé e aqueles que adquirem o direito de acesso à terra por herança desempenham papéis influentes no crescimento da cidade. Esses grupos exercem controle sobre as decisões de desenvolvimento dentro de suas áreas, moldando a paisagem urbana de maneira orgânica e muitas vezes desafiadora.

As políticas de desenvolvimento urbano implementadas pelo CMCI, como o Decreto n.º 60/2006 que institui o Regulamento do Solo Urbano (RSU), foram fundamentais para direccionar esse crescimento. A actuação do CMCI foi razoavelmente abrangente, desde a concessão de terrenos para lidar com emergências até a provisão de habitações (concretamente no bairro Malembuane, com a construção das 60 casas), promovendo um crescimento urbano coordenado e eficaz.

É importante ressaltar que, apesar de o Estado desempenhar um papel fundamental e multifacetado no processo de urbanização — actuando como agente de produção do espaço, proprietário de terrenos e legislador do ordenamento urbano, sua contribuição directa no crescimento da malha construída da CI tem sido limitada. Embora o Estado tenha se envolvido em algumas acções de intervenção, tais como a construção de 47 casas do FFH em 2014, a atribuição de terrenos em Muelé 3 para o reassentamento da população afectada por desastres naturais, sua actuação ainda é insuficiente para atender às crescentes demandas de habitação e urbanização.

Além dessas acções pontuais, a requalificação de áreas urbanas também foi uma medida adoptada pelo Estado, mas com um acesso restrito devido à legislação vigente. A Lei de Terra em vigor, que estabelece a atribuição do DUAT aos cidadãos por meio da ocupação de boa-fé e por herança, tem gerado obstáculos para o crescimento ordenado da cidade. A própria legislação exige que, quando o Estado ocupa uma área, ele deve compensar a comunidade local pagando pelas benfeitorias realizadas. No entanto, o CMCI não possui recursos financeiros suficientes para cobrir essas despesas, o que limita a capacidade do Estado através desta instituição intervir eficazmente.

Outro factor que contribui para o desordenamento urbano da CI é o fato de que, quando os proprietários de terras desejam parcelar suas propriedades, muitas vezes procuram o CMCI. No entanto, o processo exige que o Estado exija 33% dos terrenos parcelados para a instituição, o que é mal recebido pelas comunidades locais. Estas comunidades percebem essa exigência como uma perda significativa de suas terras, o que gera um ambiente de desconfiança e resistência. Como resultado, muitos proprietários optam por parcelar suas terras de forma informal, sem a devida regulamentação do CMCI, o que intensifica o desordenamento urbano.

Essa prática de parcelamento informal gera uma série de problemas, como a falta de infra-estrutura básica, a dificuldade no planeamento de serviços públicos e a ocupação de áreas inadequadas, o que afecta directamente a qualidade de vida dos habitantes e compromete a sustentabilidade do crescimento da cidade. Sem um controle adequado por parte do Estado e das autoridades locais, o processo de urbanização torna-se caótico, com consequências negativas a longo prazo.

A área total da malha construída da CI aumentou de 6582 hectares em 1997 para 12681 hectares em 2022, um crescimento de 6101 hectares, equivalente a aproximadamente 92,7%. Este crescimento acelerado indica um processo de urbanização significativo na cidade, particularmente rápido entre 2007 e 2017, com um aumento de 54,7%.

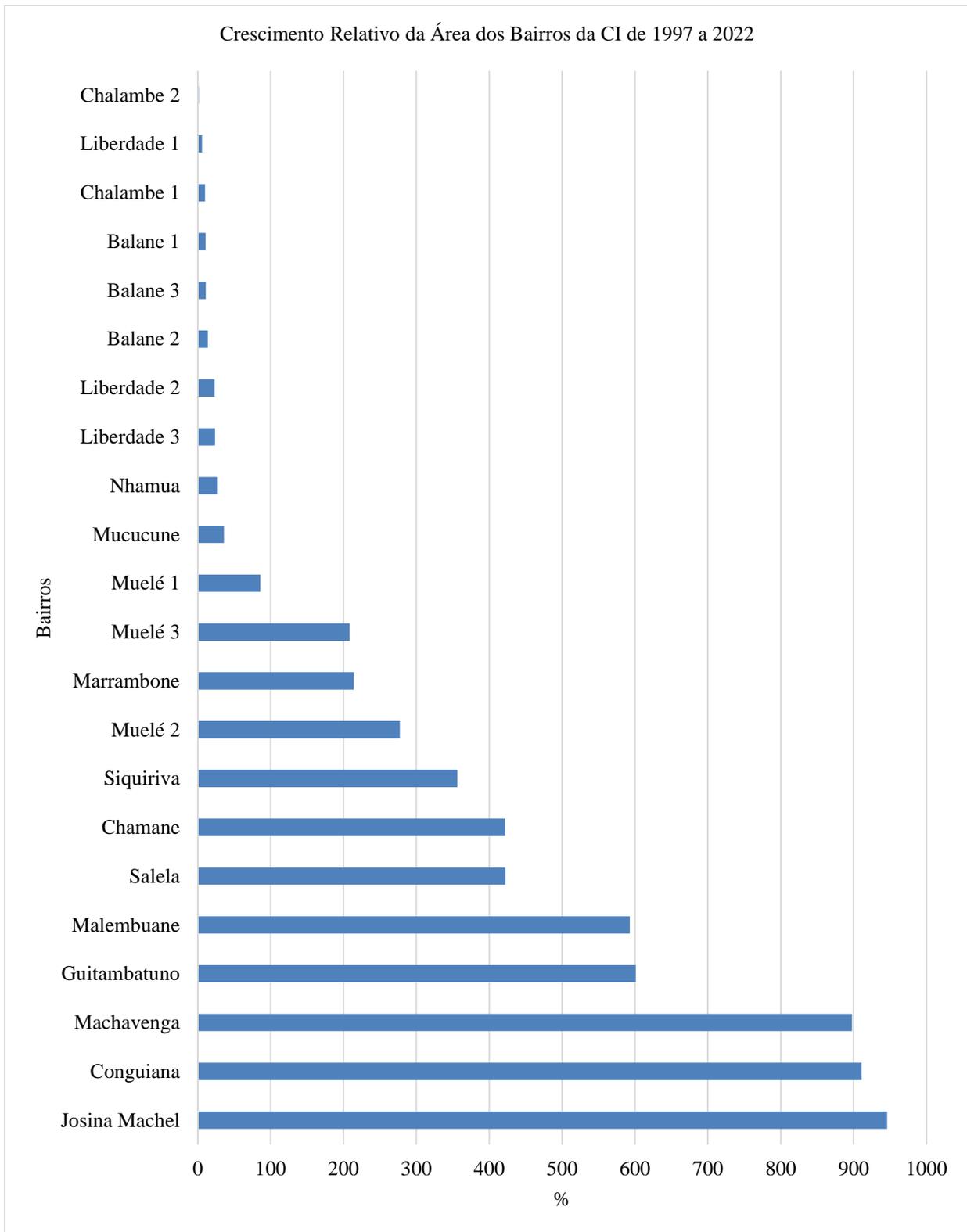
Tabela 9: Evolução da Malha Construída da CI no período compreendido entre 1997-2022

Bairro	Área Ocupada em ha (2022)	Área Ocupada em ha (1997)	Crescimento Absoluto (ha)
Balane 1	14,43	3,85	10,58
Balane 2	22,30	8,48	13,82
Balane 3	23,72	8,63	11,09
Chalambe 1	11,68	1,76	9,92
Chalambe 2	5,47	4,08	1,39
Liberdade 1	6,08	0,34	5,74
Liberdade 2	24,85	2,00	22,85
Liberdade 3	39,82	16,20	23,62
Muelé 1	227,10	141,43	85,67
Muelé 2	600,60	323,21	277,39
Muelé 3	500,02	291,79	208,23
Malembuane	1211,37	618,41	592,96
Guitambatuno	1197,00	596,02	600,98
Marrambone	495,40	281,23	214,17
Mucucune	53,91	18,16	35,75
Chamane	865,56	443,63	421,93
Salela	874,39	452,07	422,32
Josina Machel	1933,37	987,25	946,12
Machavenga	1570,93	672,99	897,94

Bairro	Área Ocupada em ha (2022)	Área Ocupada em ha (1997)	Crescimento Absoluto (ha)
Nhamua	328,58	301,23	27,35
Siquiriva	1100,49	744,19	356,30
Conguiana	1575,93	665,05	910,88
Total	12681	6582	6099

Elaborado pela autora

Gráfico 6: Crescimento Relativo dos Bairros da CI Durante os 25 anos (1997-2022)



Elaborado pela autora

Fonte: Landsat 5, 7 e 8.

6.4.1. O Crescimento Linear Desordenado de CI: Impactos da Expansão ao Longo das Principais Vias de Acesso

O crescimento urbano de muitas cidades, principalmente a dos países em vias de desenvolvimento enfrentam o desafio do desordenamento, um fenómeno que ocorre quando o desenvolvimento não segue um planeamento adequado, resultando em uma expansão caótica e sem infra-estrutura suficiente para atender às demandas da população. Na cidade de CI, o crescimento tem se caracterizado por um padrão linear e desordenado, com a maior parte da expansão ocorrendo ao longo das duas principais vias de acesso à cidade (a EN5 que liga Lindela a CI e a EN225 que liga CI a Praia do Tofo e da Barra). Esse padrão de crescimento apresenta sérios desafios para a organização urbana e para a qualidade de vida dos seus habitantes.

A configuração linear do crescimento urbano de CI pode ser atribuída ao facto de que as vias principais - geralmente as mais estruturadas e com maior acesso à infra-estrutura — são os principais vectores de expansão. Esse modelo de crescimento ocorre de forma intuitiva, com as pessoas buscando ocupar áreas mais próximas dessas vias, onde o acesso ao transporte e aos serviços essenciais é facilitado. No entanto, após a primeira linha de ocupação ao longo dessas vias, o desordenamento começa a se manifestar. Em muitos casos, a expansão urbana não é acompanhada de um planeamento adequado, o que resulta na falta de infra-estrutura básica, como iluminação pública e transporte colectivo eficiente.

A ausência de planeamento e de políticas públicas eficazes para gerir o crescimento ao longo dessas vias tem gerado um cenário onde áreas recém-ocupadas carecem de organização e de acesso aos serviços urbanos essenciais. Além disso, a ocupação desordenada das áreas periféricas, que se estendem além da primeira linha de ocupação, tem contribuído para um uso inadequado do solo, afectando a sustentabilidade da cidade no longo prazo. Esse tipo de crescimento descontrolado pode levar a uma urbanização precária, com moradias construídas em locais inadequados, muitas vezes em áreas de risco, como encostas.

Outro ponto crítico é a dificuldade do Estado em implementar políticas eficazes de planeamento urbano. A falta de regulamentação e de fiscalização adequada sobre o parcelamento informal das terras ao longo dessas vias tem incentivado a expansão de bairros sem as devidas autorizações ou planeamento. As consequências desse crescimento linear desordenado incluem a

sobrecarga das infra-estruturas existentes e um aumento nas desigualdades, já que as áreas mais afastadas das vias principais geralmente carecem de acesso a serviços de qualidade.

Além disso, a tendência do crescimento linear pode gerar uma fragmentação da cidade, com a concentração de actividades e serviços nas áreas centrais, enquanto as zonas mais periféricas, embora em expansão, ficam negligenciadas e desprovidas de suporte urbano adequado. Essa dinâmica contribui para o aumento das disparidades sociais e económicas, dificultando a integração entre as diferentes partes da cidade e limitando o acesso da população a oportunidades e serviços.

Portanto, o crescimento linear e desordenado de CI, impulsionado pela ocupação ao longo das principais vias de acesso, exige uma reflexão profunda sobre as políticas urbanas da cidade. É fundamental que se adopte uma abordagem mais equilibrada e planeada, que leve em consideração não apenas o acesso imediato às vias principais, mas também a criação de infra-estrutura e serviços urbanos em áreas mais afastadas. Isso pode ser alcançado por meio da regularização fundiária, da implementação de planos directores e da promoção de uma maior participação comunitária no processo de planeamento urbano. Só assim será possível garantir um crescimento ordenado e sustentável, que atenda às necessidades de todos os cidadãos de CI.

6.4.2. Desafios da Urbanização em Contextos de Crescimento Desordenado: O Papel Limitado do Estado na CI

A urbanização nas grandes cidades frequentemente envolve complexos processos de planeamento, regulação e intervenção por parte do Estado. Na cidade de CI, embora o Estado desempenhe funções essenciais, como legislador do ordenamento urbano e agente de produção de espaço, sua actuação no crescimento da malha construída tem sido limitada e, muitas vezes, ineficaz para atender às crescentes demandas de habitação e infra-estrutura.

A actuação do Estado na cidade de CI tem sido caracterizada por intervenções pontuais, como a construção de casas para populações vulneráveis, como no caso das 47 unidades habitacionais do FFH em 2014, e o reassentamento de pessoas afectadas por desastres naturais

em áreas como Muelé 3. Embora essas ações sejam importantes, elas não são suficientes para garantir um desenvolvimento urbano sustentável, especialmente quando se considera a pressão populacional crescente e a expansão descontrolada da cidade.

O Estado também tem adotado a requalificação de áreas urbanas como uma medida para melhorar a infra-estrutura e as condições de vida. No entanto, essa requalificação esbarra nas limitações impostas pela legislação vigente, particularmente pela Lei de Terras, que estabelece a atribuição do DUAT através da ocupação de boa-fé e da herança. Essa legislação, embora tenha como objectivo regularizar a posse e o uso das terras, também tem gerado desafios no planeamento urbano, pois o processo de formalização de terras é moroso e burocrático, e a falta de recursos financeiros do CMCI para compensar as benfeitorias realizadas em áreas ocupadas impede uma actuação eficiente e abrangente do Estado.

Outro aspecto relevante para o desordenamento urbano de CI é o parcelamento informal de terras. Muitos proprietários, ao desejarem dividir suas propriedades, recorrem ao CMCI, mas a exigência de destinar 33% do terreno para a instituição é vista como uma perda significativa pelos moradores locais, o que gera resistência e desconfiança. Como consequência, muitos optam por parcelar as terras sem a devida regulamentação, resultando em um crescimento urbano desordenado.

Esse parcelamento informal tem graves implicações para o desenvolvimento da cidade. A falta de infra-estrutura básica, como redes de água, esgoto e transporte, dificulta a prestação de serviços públicos essenciais e compromete a qualidade de vida da população. Além disso, a ocupação de áreas inadequadas para o crescimento urbano, muitas vezes em zonas de risco ou ecologicamente sensíveis, aumenta os custos de manutenção da cidade e coloca em risco a sustentabilidade do crescimento. A ausência de controle adequado por parte do Estado agrava o desordenamento e pode levar a consequências negativas a longo prazo, como a sobrecarga de serviços públicos e o aumento das desigualdades sociais.

Portanto, a urbanização em CI enfrenta desafios significativos, que vão desde a limitação de recursos financeiros até a resistência da população a medidas de regulamentação e planeamento. O papel do Estado, embora central, precisa ser mais eficaz e abrangente, não

apenas implementando acções pontuais, mas também criando condições para um planeamento urbano mais justo e sustentável. A adopção de políticas públicas que incentivem a participação comunitária, a regularização fundiária e a integração de áreas periféricas ao planeamento central é fundamental para mitigar o desordenamento urbano e garantir um crescimento equilibrado e inclusivo.

7. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Bairros como Guitambatuno, Josina Machel, e Conguiana, Machavenga destacaram-se pelo crescimento robusto. Em contraste, bairros como Chalambe 1 e 2 experimentaram reduções na área construída, sugerindo possíveis reclassificações, desastres naturais ou reassentamentos. A variação nos índices de crescimento entre os bairros aponta para disparidades no desenvolvimento urbano, destacando desafios específicos enfrentados por diferentes áreas da cidade ao longo do tempo. Alguns bairros tornaram-se centros de crescimento significativo, enquanto outros enfrentam declínios ou estagnação.

A evolução da malha construída da CI foi impulsionada principalmente pelo turismo, que gerou uma demanda crescente por infra-estrutura e novos empreendimentos, seguidos pela disponibilidade de solo urbano, que permitiu a expansão física da cidade. Esses dois factores, aliados à melhoria das infra-estruturas de transporte e conectividade, possibilitaram a expansão da cidade tanto em termos de áreas turísticas como de novos bairros residenciais e comerciais. No entanto, esse crescimento também exige um planeamento urbano mais cuidadoso para garantir que o desenvolvimento seja sustentável, equilibrado e que não resulte em desordenamento ou impactos negativos sobre a qualidade de vida da população.

A CI expandiu-se de forma linear, contudo desordenando, seguindo as direcções privilegiadas pela rede de comunicações e transportes, no sentido Norte e Sul. Esse padrão de expansão, conhecido como Expansão por Difusão Urbana (Japiassú e Lins, 2014), resultou em áreas periféricas conhecidas como cidades dormitórios. Além disso, observou-se um processo de acumulação, com densificação das infra-estruturas dentro dos limites da cidade, ou seja, o crescimento da CI seguiu um padrão linear de expansão por difusão urbana, com destaque para a ocupação das áreas Norte e Sul, e resultou na formação de cidades dormitórios nas periferias. Simultaneamente, houve um processo de acumulação e densificação nas áreas centrais, o que trouxe desafios significativos para a cidade, como o desordenamento do uso do solo, a sobrecarga das infra-estruturas existentes e a intensificação das desigualdades no acesso a serviços. Para garantir um crescimento urbano sustentável, é fundamental que as políticas públicas de planeamento urbano priorizem a distribuição equilibrada de infra-estruturas e serviços em toda a cidade, promovendo um desenvolvimento ordenado e inclusivo.

O Estado tem um papel limitado no controle e no planeamento da malha construída da CI, devido a uma combinação de factores, como a falta de recursos financeiros, a resistência das comunidades locais e as lacunas na legislação de terra vigente. O resultado é um crescimento desordenado, com parcelamentos informais que exacerbam os problemas urbanos e dificultam a criação de uma malha construída estruturada e sustentável. Para que haja um desenvolvimento urbano ordenado e eficiente, é necessário que o Estado assuma um papel mais proactivo na regulação do uso do solo, na implementação de políticas públicas de habitação e no fortalecimento das suas capacidades institucionais.

O crescimento da malha construída apresenta oportunidades significativas, mas também desafios complexos que requerem uma resposta coordenada e sustentável. É essencial um planeamento urbano eficaz e políticas adequadas para promover um desenvolvimento mais inclusivo, equitativo e sustentável. A análise dos aspectos espaciais da área oferece valiosas contribuições para os estudos académicos sobre urbanização. Assim sendo, compreender o desenvolvimento espacial da CI ajuda a identificar padrões, tendências e desafios aplicáveis a outras áreas urbanas. Este conhecimento pode orientar políticas públicas mais eficazes, abordando questões como zoneamento urbano, infra-estrutura, transporte, habitação e protecção ambiental.

Apesar dos benefícios, o rápido crescimento da CI também apresentou desafios, como a pressão sobre a infra-estrutura existente e a necessidade de políticas inclusivas para evitar a gentrificação. O rápido crescimento da CI pode deslocar comunidades de baixa renda, exigindo esforços contínuos para garantir que o desenvolvimento seja equitativo e beneficie todos os segmentos da população.

Com base na análise, é possível que este trabalho contribua não só para o avanço do conhecimento académico sobre urbanização, mas também para a melhoria prática da qualidade de vida dos habitantes da CI. Políticas públicas mais eficazes e adequadas às necessidades locais podem promover um desenvolvimento urbano mais sustentável, inclusivo e resiliente. Essa conclusão destaca a importância de um planeamento urbano estratégico e de políticas públicas adequadas para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades associadas ao rápido crescimento urbano de Inhambane.

Para garantir um crescimento urbano eficiente e equilibrado, é essencial adoptar um planeamento urbano estratégico e sustentável que assegure a distribuição equitativa dos benefícios entre todos os habitantes. A coordenação e colaboração multissectorial são cruciais, envolvendo agentes do sector imobiliário e governamental para promover um desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo. Futuramente é importante continuar a fomentar essa cooperação, adoptando políticas que promovam um crescimento equilibrado e benéfico para toda a comunidade. Promover parcerias entre governo, sector privado, organizações da sociedade civil e comunidades locais é fundamental para desenvolver soluções abrangentes que atendam às necessidades de infra-estrutura, serviços e desenvolvimento socio-económico.

O Estado deve intensificar seus esforços no desenvolvimento e implementação de políticas urbanas eficazes para promover um crescimento mais ordenado e sustentável da cidade. A implementação de Planos de Estrutura Urbana e Planos de Pormenor é crucial para um planeamento mais adequado dos bairros. Além disso, o governo local e outras partes interessadas devem se envolver activamente na implementação de políticas e regulamentações que orientem o desenvolvimento urbano de forma coordenada e planeada, levando em consideração os interesses da comunidade e o uso eficiente dos recursos disponíveis.

É necessário intensificar os esforços no planeamento urbano e na implementação efectiva de políticas e regulamentações que garantam um crescimento urbano mais ordenado e sustentável. A elaboração de planos urbanísticos e a fiscalização rigorosa da conformidade das construções com as regulamentações existentes são fundamentais. Por fim, é importante promover medidas para mitigar os impactos negativos das construções desordenadas na comunidade.

A presente dissertação analisou os factores e actores determinantes da evolução da malha construída da CI, fornecendo uma base para compreender o desenvolvimento da malha edificada na região. No entanto, é necessário investigar várias áreas adicionais para promover um crescimento urbano sustentável e inclusivo. Estudos futuros devem focar no impacto ambiental do crescimento urbano, investigando como a expansão urbana afecta áreas costeiras, ecossistemas naturais e a qualidade do ar e da água, além de analisar estratégias de mitigação para reduzir os impactos negativos. Também é essencial examinar as necessidades de infra-

estrutura, como transporte, saneamento, energia e habitação, avaliando a adequação das infra-estruturas existentes e planeando melhorias.

Por fim, avaliar as necessidades de transporte da cidade e desenvolver soluções para melhorar a mobilidade urbana, pesquisando opções de transporte público e sustentável, contribuirá para uma cidade mais acessível e ecológica. Esses estudos futuros fornecerão uma base sólida para desenvolver políticas e práticas que promovam um crescimento urbano equilibrado, sustentável e inclusivo na CI.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, M. F. (2006). O mercado informal de terras e a regularização fundiária em áreas urbanas: aspectos conceituais e operacionais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 8(1), 45-58.
- Angel, S., Sheppard, S. C., Civco, D. L., & Buckley, R. (2005). The Dynamics of Global Urban Expansion. *Transportation Research Part D: Transport and Environment*, 10(4), 257-269.
- Araújo, M. G. M. (1997). Geografia dos povoamentos: uma análise geográfica dos assentamentos humanos rurais e urbanos. Maputo, Moçambique: Imprensa Universitária, Universidade Eduardo Mondlane.
- Araújo, M. G. (2003). Os Espaços Urbanos em Moçambique. *GEOUSP Espaço e Tempo*, (14), 165–182.
- Araújo, M. G. M. de. (2005). Cidade de Nampula: a rainha do norte de Moçambique. *Finisterra*, 14(79), 209–222. <http://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1501>
- Araújo, M. G. M. de. (2012). Espaço urbano demograficamente multifacetado: As cidades de Maputo e da Matola. Recuperado de <http://apdemografia.pt/files/1853187958.pdf>
- Ashworth, G. J., & Page, S. J. (2011). Urban tourism research: Recent progress and current paradoxes. *Tourism Management*, 32, 1–15.
- Azevedo, H. A. M. A. (2010). Modelo de diagnóstico ambiental para elaboração do plano ambiental do município de Inhambane em Moçambique. (Dissertação de mestrado, Universidade Católica de Brasília, Brasília).
- Azevedo, H. A. M. A. (2014). A segurança em territórios turísticos: o caso do município de Inhambane em Moçambique. (Tese de doutorado, Universidade Federal de Goiás, Goiânia).
- Baía, A. M. (2011). Os meandros da urbanização em Moçambique. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, 29 (Especial 2011), 3-30.
- Batty, M. (2013). *The New Science of Cities*. MIT Press.
- Beatley, T. (2000). *Green Urbanism: Learning from European Cities*. Island Press.

- Beatley, T. (2010). *Biophilic Cities: Integrating Nature into Urban Design and Planning*. Island Press.
- Beaujeu-Garnier, J. (1997). *Geografia Urbana* (2ª ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Brenner, N. (2004). *New State Spaces: Urban Governance and the Rescaling of Statehood*. Oxford University Press.
- Brenner, N. (2012). *Cities for People, Not for Profit: Critical Urban Theory and the Right to the City*. Routledge.
- Cochrane, A. (2000). *Comparing Local Governance: Trends and Developments*. Palgrave Macmillan.
- Carlos, A. F. (2011). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto.
- Corrêa, L. (1995). *O Espaço Urbano* (3ª Ed.). São Paulo: Editora Ática.
- Corrêa, L. (2004). *O Espaço Urbano* (4ª Edição). São Paulo: Ática.
- Castel-Branco, C. N. (2000). *Reconstrução e desenvolvimento em Moçambique após a guerra*.
- Dodman, D., Leck, H., Rusca, M., & Colenbrander, S. (2016). *African Urbanisation and Urbanism: Implications for risk accumulation and reduction* (Working Paper No. 10). Urban Africa Risk Knowledge.
- Florida, R. (2002). *The rise of the creative class: And how it's transforming work, leisure, community and everyday life*. Basic Books.
- Florida, R. (2017). *The New Urban Crisis: How Our Cities Are Increasing Inequality, Deepening Segregation, and Failing the Middle Class—and What We Can Do About It*. Basic Books.
- Forman, R. T. (2014). *Urban Ecology: Science of Cities*. Cambridge University Press.
- Garcia, R. L., & Ferreira, M. S. (2014). Financiamento imobiliário e o papel das instituições financeiras no Brasil. *Revista Brasileira de Finanças*, 12(1), 1-32.
- Gehl, J. (2010). *Cities for People*. Washington, DC: Island Press.

- Glaeser, E. L. (2011). *Triumph of the city: How our greatest invention makes us richer, smarter, greener, healthier, and happier*. Penguin Books.
- Gil, A. C. (2008). Como elaborar projetos de pesquisa (4ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Goodchild, M. F. (2009). Geographical information systems and science: Today and tomorrow. *Annals of GIS*, 15(1), 3-9. <https://doi.org/10.1080/19475680903250715>
- Hall, C. M., & Page, S. J. (2002). *The Geography of Tourism and Recreation: Environment, Place and Space*. Routledge.
- Hall, Pedro. (2011). *Cidades Do Amanhã - Uma História Intelectual Do Planejamento e Do Projeto Urbanos No Século XX* (2ª Ed.). São Paulo: Editora Perspectiva.
- Harvey, D. (2005). *A produção do espaço*. São Paulo. Annablume.
- Harvey, D. (2012) *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*. New York: Verso
- Imprensa Nacional, E.P. 2020. Resolução no 22/2020, BR, I Série nº 59, Quinta-Feira, 26 de Março de 2020.
- INE – Instituto Nacional de Estatística. (1999). II Recenseamento Geral da População e Habitação 1997: Resultados definitivos. Moçambique. Maputo.
- INE - Instituto Nacional de Estatística. (2010). III Recenseamento Geral da População e Habitação 2007. Indicadores socio-demográficos Distritais - Província de Inhambane. INE. Maputo.
- INE - Instituto Nacional de Estatística. (2019). IV Recenseamento geral da População e Habitação 2017. Resultados Definitivos. INE. Maputo.
- Jamal, T., & Robinson, M. (Eds.). (2009). *The SAGE Handbook of Tourism Studies*. Sage Publications.
- Japiassú, L. A., & Lins, R. D. (2014). As diferentes formas de expansão urbana. *Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades*, 2(13). Recuperado de https://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/gerenciamento_de_cidades/article/view/764

Jenks, M., & Dempsey, N. (Eds.). (2005). *Future Forms and Design for Sustainable Cities*. Architectural Press.

Knoema. (n.d.). Moçambique - Urbanização. Recuperado de <https://pt.knoema.com/atlas/Mo%C3%A7ambique/Popula%C3%A7%C3%A3o-urbana-percent-do-total>.

Körössy, N., & Leal, S. M. R. (2015). Turismo nos espaços urbanos contemporâneos e grandes projetos urbanísticos: Alguma relação? *Revista Turydes: Turismo y Desarrollo*, 19 (diciembre 2015). Recuperado de <http://www.eumed.net/rev/turydes/19/megaeventos.html>

Kotkin, J. (2005). *The City: A Global History*. Modern Library.

Lara, F. (2010). *The Rise of Popular Modernist Architecture in Brazil*. University Press of Florida.

Lima, S. M. S. A., Lopes, W. G. R., & Façanha, A. C. (2019). Desafios do planejamento urbano na expansão das cidades: entre planos e realidade. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 11, e20190037. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180037>.

Lu, D., Mausel, P., Brondizio, E., & Moran, E. (2017). Change detection techniques. In P. Mausel, J. Wu, & S. Liang (Eds.), *Land change science: Observing, monitoring and understanding trajectories of change on the Earth's surface* (pp. 89-105). CRC Press.

Mah, L. (2003). *O Conceito de Desenvolvimento em África: Teorias e Práticas*. Almedina.

Maloa, J. M. (2019). A urbanização moçambicana contemporânea: sua característica, sua dimensão e seu desafio. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 11. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180101>

Maloa, J. M. (2021). Periferias urbanas moçambicanas e a sua nova paisagem. *e-cadernos CES*, 36. Recuperado em 12 de março de 2024, de <http://journals.openedition.org/eces/6845>

Mandamule, U. A. (2017). Discursos sobre o Regime de Propriedade da Terra em Moçambique. *Revista NERA*, 20(38). <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i38.5295>

- Montgomery, M. R. (2009). *Urban poverty and health in developing countries: Household and neighborhood effects*. Population Council.
- Manso, F. J., & Victor, R. (2010). *Geografia 12ª Classe – Pré-universitário*. 1ª Edição. Maputo: Longman Moçambique.
- Marafon, G. J. (1996). O espaço urbano: A abordagem da escola de Chicago e da escola marxista. *Centro de Ciências Naturais e Exatas UFSM – RS, Santa Maria, 18*, 149-181.
- Marini, R. M. (2000). *Dialética da dependência: Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes.
- Moreno, R. R. (2019). Legislação atinente ao planejamento e gestão do solo urbano em Moçambique. *Geografia, 12(1)*, 164-180.
- Morrison, A. M. (2008). *Hospitality and Travel Marketing*. Delmar Cengage Learning.
- Matos, E. C. de. (2021). Cidade e urbano em Moçambique: uma reflexão a partir dos espaços urbanos da província da Zambézia. *Revista Humanidades&Inovação, 8(46)*, 108-121.
- Negrão, J. (2004). *Mercado de Terra em Moçambique*. Maputo.
- Pacheco Melo, V. (2013). Urbanismo português na cidade de Maputo: passado, presente e futuro. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 5(1)*, 71-88. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/urbe/a/bxyBDwwbNWpXJJ9JvdBp3kh/?lang=pt>
- Plano Estratégico do Município de Inhambane (2009). CMCI. Cidade de Inhambane.
- Raimundo, I. (2011). Immigration and refugee policy in Mozambique: The experiences of refugees from Maratane refugee camp. WORKSHOP discussion on refugee status determination and rights in sub-Saharan Africa, Kampala.
- Ratti, C., & Claudel, M. (2016). *The City of Tomorrow: Sensors, Networks, Hackers, and the Future of Urban Life*. Yale University Press.
- Richards, G., & Munsters, W. (2010). *Cultural Tourism Research Methods*. CABI.
- Robinson, J. (2006). *Ordinary Cities: Between Modernity and Development*. Routledge.
- Sachs, J. D. (2005). *The End of Poverty: Economic Possibilities for Our Time*. New York, NY: Penguin Press.

- Salvi, R. F., Pereira, C. S., & Sposito, E. S. (2019). A racionalidade construída da Geografia observada em um exercício epistemológico no campo da Geografia Urbana. *Revista Geografia em Atos (Geoatos online)*, 13(6), 05-27.
- Sassen, S. (1991). *A cidade global: Nova York, Londres, Tóquio*. Princeton-Nova Jersey: Princeton University Press.
- Sassen, S. (2001). *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton University Press. Nova Jersey.
- Sassen, S. (2012). *Cities in a World Economy* (4th ed.). SAGE Publications.
- Shoup, D. (2005). *High Cost of Free Parking* (1st ed.). Routledge.
<https://doi.org/10.4324/9781351179539>
- Silva, E. L. B. (2018). O crescimento urbano e os processos de densificação e expansão. (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, Brasil.
- Simone, A. (2004). *For the City Yet to Come: Changing African Life in Four Cities*. Duke University Press.
- Smith, M. K. (2007). *Tourism, Culture and Regeneration*. CABI.
- Smith, N. (1996). *The New Urban Frontier: Gentrification and the Revanchist City*. Routledge.
- Santos, M. (1994). *Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, M. (1996). *A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, M. (1998). Entrevista com o professor Milton Santos. *Revista Caros Amigos*, (17), ago.
- Santos, M. (2000). *Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record.
- Santos, T. (2000). A teoria da dependência: Um balanço. In CEPAL. *Teoria da dependência: Balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Santos, M. (2002). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção* (Vol. 1). Edusp.

Unidade de Gestão do PDUL. (2020). *Project Appraisal Document- PAD do Mozambique Urban and decentralization P163989*. Maputo.

United Nations. (1996). *Recommendation on the Definition of Urban Areas and Guidelines for Their Classification*. United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division.

Vasconcellos, L. G. (2014). *Itinerários Geográficos: Pensando e refletindo*. Dissertação de mestrado, Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais.

Viana, D. L. (2012). Espaços urbanos africanos (in)formais. In Baptista, L. (Dir.). *Arquitetura e Arte: Contrastes Africanos* (103). Lisboa, Portugal: Revista arqa, pp. 100-103. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/322212621_Perspetivas_sobre_espacos_urbanos_africa.pdf

APÊNDICES

Apêndice 1: Marcos Históricos Relevantes no Crescimento Urbano da CI

Ano	Acontecimentos
1761	Criação da Vila de Inhambane
1764	Inauguração da Vila e início do funcionamento da primeira câmara Municipal de Inhambane, dirigida por Thomaz Chagas, capitão –Mordas Terras Domingos de Araújo Lima e Belchior Baltazar Pires
1867	Elaborado e posto em execução o primeiro código de postura
1871	Alinhamento das ruas, becos
1907	Início do estudo sobre a construção da linha férrea que viria mais tarde a ligar a vila de Inhambane com o Distrito de Inharrime
1909	Início das obras de construção da linha férrea
1915	Abertura da Avenida da República, actual Avenida da Revolução
1916	Inauguração da linha férrea
1924	Inaugurada a estação de captação de água de Guiúá para Inhambane
1956	Ascendência da Vila de Inhambane a categoria de Cidade, ao abrigo da Portaria n ^o 11594156
1983	Parte da cidade da Maxixe passa a pertencer a CI
1986	Na nova divisão Administrativa a CI foi categorizada como sendo do nível C
1997	Desanexação das duas cidades
1998	Início do processo de autarquização com a realização das primeiras eleições autárquicas ao abrigo da Lei n ^o 2/97 de 27 de Fevereiro
2020	Manutenção da categoria do nível C, de acordo com a Resolução n ^o 22/2020 de 26 de Março

Fonte: Adaptado do PEMI (2009) e Azevedo (2014).

Apêndice 2: Crescimento da Malha Edificada e Taxa de Crescimento da CI (1997-2022)

Ano	Área da Malha Edificada (ha)	Incremento na Área da Malha Edificada	Taxa de Crescimento %
1997	6582		
2007	7641	1059	16,08
2017	11819	4178	56,4
2022	12681	862	7,3

Apêndice 3: Crescimento Populacional e Taxas de Crescimento Anual da Cidade (1997-2022)

Período	População Inicial	População Final	Crescimento Absoluto	Taxa Total de Crescimento (%)	Crescimento Anual (%)
1997 - 2007	52370	66887	14517	27,72%	2,48%
2007 - 2017	66887	82119	15232	22,78%	2,06%
2017 - 2022	82119	95620	13501	16,44%	3,10%

Adaptado de INE, 1999, 2010, 2019.

Apêndice 4: Questionário dirigido ao Conselho Municipal da Cidade de Inhambane

1. Existe alguma infra-estrutura ou investimento que foi o polo de desenvolvimento de algum bairro?
2. Algum bairro surgiu ou desenvolveu-se com o parcelamento do município?
3. Quais foram os factores que contribuíram para as variações no desenvolvimento urbano dos bairros de Inhambane nos diferentes períodos: 1997 e 2007; 2007-2017; 2017-2022?
4. Existe algum bairro onde foi implantado o plano director ou de promenor?
5. O conselho municipal já atribuiu terrenos em locais de expansão? Se sim, qual foi a motivação?
6. Quais os bairros que mais cresceram nos seguintes anos: 1997, 2007, 2017 e 2022.

Apêndice 5: Questionário dirigido ao Fundo para o Fomento de Habitação

1. Durante o período 1997-2017 quais foram as acções desenvolvidas por esta instituição?
2. Onde o projecto impulsionou o crescimento da malha construída?
3. Qual é o papel do Fundo para o Fomento de Habitação no planeamento e regulamentação do crescimento da malha construída em áreas urbanas?
4. Como o FFH avalia o impacto do crescimento da malha construída nas condições de habitação na cidade?
5. Quais são os principais desafios enfrentados pelo Fundo em relação ao rápido crescimento da malha construída na cidade?
6. Como o Fundo colabora com outras entidades governamentais e organizações da

sociedade civil para garantir um desenvolvimento urbano sustentável em face do crescimento da malha construída?

Apêndice 6: Questionário dirigido a Direcção Provincial da Cultura e Turismo de Inhambane

1. Como o turismo tem influenciado o crescimento da malha construída na cidade de Inhambane ao longo do tempo?
2. Quais foram os fatores que contribuíram para as variações no desenvolvimento urbano dos bairros de Inhambane nos diferentes períodos: 1997 e 2007; 2007-2017; 2017-2022?
3. Quais são os principais atractivos turísticos que têm impulsionado o crescimento da malha construída?
4. Como a infraestrutura turística (hotéis, resorts, restaurantes, etc.) tem contribuído para o crescimento da malha construída?
5. Em que medida o turismo tem afectado a disponibilidade de terra e o mercado imobiliário na cidade?
6. Quais são os desafios ou impactos negativos associados ao crescimento da malha construída devido ao turismo?
7. Quais foram as razões da queda do número de estâncias turísticas na CI no período 2017-2022?